

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**“ABORDAGEM DE RUA E O PROCESSO DE TRABALHO DAS  
EDUCADORAS SOCIAIS DE RUA.”**

**ADELAIDE MARCELINO PEREIRA**

*sem: 02/08/2000.*

  
Marly Venzon Trisó  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2000**

ADELAIDE MARCELINO PEREIRA

**“ABORDAGEM DE RUA E O PROCESSO DE TRABALHO DAS  
EDUCADORAS SOCIAIS DE RUA.”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Maria Ester Menegasso.

Florianópolis, julho de 2000

**ADELAIDE MARCELINO PEREIRA**

**“ABORDAGEM DE RUA E O PROCESSO DE TRABALHO DAS  
EDUCADORAS SOCIAIS DE RUA.”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup> Maria Ester Menegasso, Dra  
Presidente

Darlene de Moraes Silveira  
Examinadora

Sandra Helena Seemann Ramos  
Examinadora

Florianópolis, julho de 2000

## AGRADECIMENTOS

A minha gratidão é expressa a inúmeras pessoas que se fizeram presente nesse momento de realização. É impossível mencionar a todas. Entretanto agradeço, especialmente a:

- Deus Autor da Vida e presença constante em cada um de meus passos. Providência que me conduz, amor que me ama incondicionalmente;
- Meu pai Antônio, pelo exemplo de vida, paciência e humildade;
- A minha mãe Isabel, (in memoriam) pelo testemunho de fé, amor-doação;
- Dona Maria, (esposa atual de meu pai pelo incentivo, acolhida aceitação de cada um dos membros da família);
- Cada um de meus irmãos (as), cunhados (as), sobrinhos (as), que sempre se fizeram presença nos momentos tristes e alegres de minha vida;
- Todas as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que me ensinaram muitas lições sobre a vida;
- Equipe de Abordagem de Rua pelos ensinamentos e partilha de vida;
- Minha colega Simone, companheira de campo de estágio, pela amizade e partilha;
- Supervisora Sandra pelo carinho, compreensão, incentivo e estímulo ao conhecimento;
- Professora Ester, pela disponibilidade em me orientar e amizade;
- Leia, pela competência, pela dedicação e amizade;
- Irmã Gertrude e Irmã Luzia, pela disponibilidade e colaboração;
- Minha turma, pelo companheirismo por partilhar dos meus sonhos e crescimento pessoal e intelectual;
- Cada um dos professores (as) que deixaram rastro de sabedoria;
- Pessoas com que trabalhei e construí sonhos e realizações neste período de Formação acadêmica, em particular nas Instituições: Centro Cultural Escrava Anastácia, da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat e Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros.



- Comunidade Religiosa e a Congregação das Irmãs da Divina Providência, que me apoiaram, incentivaram a foram presença constante no meu caminho.

Meu muito obrigada!

A todos que acreditam que: “na origem de todas as grandes obras houve uma fermentação de sonhos, projetos e aspirações. Houve uma dedicação apaixonada àquilo que não existia para que chegasse a existir. Houve uma intuição de possibilidades inéditas e um lançar-se furiosamente para o futuro. Não basta ter grandes desejos para realizá-los. Mas ninguém realiza grandes obras sem ter tido grandes desejos”.

José Comblim

# SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO</u> .....	1
<u>2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL</u> .....	3
<u>2.1 – Trabalho e Concepções desenvolvidos pelos atores sociais relacionados à Criança e Adolescente no século XX</u> .....	3
<u>2.1.1- Primeiro Período: Colonial até 1930</u> .....	3
<u>2.1.2 – Segundo Período: 1930 - 1945</u> .....	6
<u>2.1.3- Terceiro Período: 1945-1964</u> .....	11
<u>2.1.4- Quarto Período: 1964-1980</u> .....	13
<u>2.1.5- Quinto Período: 1980-2000</u> .....	15
<u>3 - RESGATE HISTÓRICO DA ABORDAGEM DE RUA EM FLORIANÓPOLIS</u> ..	19
<u>3.1- Primeira Fase: Florianópolis/Crianças e Adolescentes/ASA</u> .....	20
<u>3.2- Segunda Fase: 1992/1993: PAICAR</u> .....	28
<u>3.3. Terceira Fase: 1995 – até os tempos atuais</u> .....	33
<u>4. O PROCESSO DE TRABALHO DAS EDUCADORAS SOCIAIS DE RUA NO COTIDIANO DA ABORDAGEM DE RUA DE FLORIANÓPOLIS</u> .....	36
<u>4.1- Pressuposto do Estudo</u> .....	37
<u>4.1.1- A Trajetória do Estudo</u> .....	38
<u>4.1.2- Análise Institucional</u> .....	40
<u>4.2 – O Cotidiano do Processo de Trabalho das Educadoras Sociais de Rua: uma discussão teórico/prática</u> .....	49
<u>4.2.1- Preparação para o Trabalho</u> .....	49
<u>4.2.2- O Trabalho</u> .....	50
<u>4.2.3-O Objeto</u> .....	55
<u>4.2.4- Os Instrumentos</u> .....	58
<u>4.2.5-Os Resultados</u> .....	60
<u>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....	64
<u>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> .....	66
<u>APÊNDICE</u> .....	69

## 1. INTRODUÇÃO

Condensar em algumas linhas introdutórias, todo o conteúdo refletido, não é tarefa fácil. Requer habilidade, interesse, vivência dentro de um contexto e explicitação do porquê da escolha do tema.

Este estudo é fruto de questionamentos, reflexões, sobre os atores sociais envolvidos na política pública de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, bem como sobre o Processo de Trabalho das Educadoras Sociais de Rua, no Projeto Abordagem de Rua.

Essas inquietações despertaram interesse em pesquisar sobre a temática: Processo de Trabalho das Educadoras Sociais de Rua – no Projeto Abordagem de Rua; o tema decorre também de o estágio obrigatório curricular ter sido realizado neste Projeto.

Assim sendo, o eixo central baseou-se no atendimento das políticas públicas desenvolvido pelos diferentes atores sociais ao longo do século vinte, no resgate histórico da Abordagem de Rua em Florianópolis e no Processo de Trabalho desenvolvido pelas Educadoras Sociais de Rua no Projeto Abordagem de Rua.

A estrutura do estudo está organizada como segue:

O capítulo primeiro apresenta um breve retrospecto da política de atendimento para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e os envoltimentos dos diferentes atores sociais nos meados do século XX.

O segundo capítulo trata do resgate histórico sobre a Abordagem de Rua em Florianópolis, distinguindo-se três fases: a primeira fase, que compreendeu o período de 1987 a 1991, coincidindo com as propostas de mudanças constitucionais no cenário brasileiro, com saldo de conquistas e realizações em favor de crianças e adolescentes; a segunda fase, de 1991 a 1992, busca uma articulação entre as entidades governamentais e não governamentais para rever os objetivos pautados na nova proposta constitucional; a terceira fase, que teve início em 1995, estende-se até os dias de hoje. Caracteriza-se pela busca da

efetivação da legislação em vigor, na perspectiva de garantir os direitos da Criança e do Adolescente em seu exercício de cidadania.

O terceiro capítulo constitui-se em um dos desafios deste estudo: discutir o processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua. Resgata-se a trajetória das ações profissionais dentro de uma perspectiva do exercício da cidadania, adotado pelas profissionais de serviço social e ciências sociais. Mostra-se também que essas profissionais despontam no cenário das ruas de Florianópolis, entre outros atores sociais, na luta para conquistar os direitos das Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social ao longo do final do século XX.

Finaliza-se apresentando as considerações finais e a bibliografia referenciada e utilizada na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

## **2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL**

### **2.1 – Trabalho e Concepções desenvolvidos pelos atores sociais relacionados à Criança e Adolescente no século XX.**

Este capítulo tem como objetivo realizar um resgate histórico das atividades no setor em pauta.

Esse percurso se faz por meio da consulta aos autores, seus estudos ou pesquisas sobre o tema; tomamos como referência Vogel (1995), Arantes (1995), Faleiros (1995), Pilotti (1995), Rizzini Irene (1995), Rizzini (1995), entre outros.

#### **2.1.1- Primeiro Período: Colonial até 1930**

Segundo Costa (1990), em todo o período colonial, não tivemos no País instituição pública que atendesse à chamada Infância desvalida. Na divisão do trabalho social, essa tarefa coube em primeiro lugar à Igreja, às Santas Casas de Misericórdia e Irmandades, que formavam o conjunto de obras de benevolência com que, durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, o Brasil enfrentou a chamada questão no Menor (Costa, 1990, p.81).

Pode-se observar que, em termos de direitos, o traço mais marcante neste período é a extensão da cidadania civil, com a abolição da escravatura ao final do século XIX.

É importante destacar que o atendimento público às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social é algo recente na nossa história brasileira. No resgate que se faz, pode-se observar que a responsabilidade de cuidar, proteger e educar a criança e o adolescente é:

“assumida pela família, pela Igreja, pelo Estado e pela sociedade. Tais possibilidades estão refletindo uma certa criança, cuja infância é classificada de acordo com a origem familiar, portanto sua “herança” social.

Os bem nascidos terão a infância garantida, os demais estão sujeitos ao aparato jurídico assistencial destinado a educá-los ou corrigi-los. Alguns serão crianças e os demais menores (Rizzini, 1990, p.102).

É interessante notar que a denominação menor era utilizada para identificar crianças que não tinham a infância protegida pela família.

Assim sendo, na época da República Velha predominava no escalão dos dirigentes a mentalidade de que "problema social é caso de polícia", surgindo daí o atendimento ao menor como forma correcional e repressiva" (Costa, 1990, p.82).

Ao denunciar as terríveis condições em que viviam as crianças recolhidas à Casa de Detenção do Rio de Janeiro, em 1900, o jurista Evaristo de Moraes assim se pronunciou:

Entre os Phenomenos mais apavorantes dos tempos d'agora, derivando por uma parte da dissolução familiar vigente e por outro lado oriundo da crise econômica que assignala a transformação do regimen capitalístico – o abandono da infância aparece a moralistas, a sociólogos e a criminólogos como digno de toda a atenção, pelas relações directas que tem com a criminalidade urbana (Rizzini, 1995, p. 111).

A afirmação denota que Moraes tinha uma leitura política diferente entre os atores sociais da época, reconhecendo o "problema da infância" relacionado ao contexto urbano capitalista. E revela a preocupação de muitos com as mudanças que estavam ocorrendo com os valores morais que se sobrepunham à vida familiar. Veremos que a preocupação em convocar as diferentes áreas profissionais constituirá uma das tônicas do debate para importantes transformações no campo da assistência para a infância.

"Pode-se dizer que as duas primeiras décadas desse século constituem o período mais profícuo da história da legislação brasileira para a infância" (Rizzini, 1995, p.111).

O "problema da infância" adquire uma nova dimensão política, demonstrando o "ideário republicano" da época. Trata-se de intervir com urgência para educar ou corrigir os menores, tornando-os úteis, para assegurar a produção e a organização moral da sociedade.

As palavras de ordem eram justiça e assistência, que deram base para a criação original de uma legislação especial para a infância, através do Código de Menores.

Segundo Costa (1990, p. 13), “em 1927 o Brasil cria o seu primeiro Código de Menores da capital da República. Assim, o Brasil começa a implantar o seu primeiro sistema público de atenção às crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis”.

O termo “menor” foi empregado pelos juristas para designar indivíduos que não tivessem atingido a maioridade penal e civil, de acordo com a legislação da época.

Nessa época “o país acompanhava o debate internacional e parecia convencido da necessidade de “salvar o menor”. Justifica-se, assim, a criação de uma intrincada rede de medidas jurídico-sociais” (Rizzini, 1995, p.114).

Elas passariam a ser assistidas por instituições sociais, constituíam um problema social.

Portanto, nesse período, o menor era visto como ameaça à ordem vigente. O atendimento a ele dispensado era correccional/repreensivo, onde o poder público tinha a obrigação de corrigi-lo, para devolvê-lo à sociedade como um cidadão bom, honesto, trabalhador, observador da moral e dos bons costumes.

Essas duas bases: “a associação do problema social com caso de polícia fez com que o atendimento ao menor nascesse sob o signo da mentalidade correccional-repressiva, forma de intervir que guardava grande coerência com a maneira de entender do problema” (Costa, 1990, p. 82).

Denota daí “um vasto campo de ação que se descortinava para um jurista na área do direito criminal relativo à infância, justamente em momento fértil e, dado o período de grandes transformações vivido no país, o tema foi objeto de regulamentação e de debate, que se estenderam até a consolidação das leis de assistência e proteção aos menores (...). Embora o debate ultrapassasse em muito os limites jurídicos, pois abraçou várias áreas de outros conhecimentos, a liderança era nitidamente jurídica. Juristas associaram-se às forças policiais, aos setores políticos, às cruzadas médicas, às associações caritativas e filantrópicas (Rizzini, 1995, p. 114).



Além da atuação efetiva dos juristas e policiais, aparece no cenário dos atores sociais o médico sanitaria Moncorvo Filho, que defendia a “idéia de imperiosa e urgentíssima necessidade da organização da assistência pública, cuja existência, até então, se resumia a movimentos dispersivos, levados a efeito sem uma orientação harmônica sem diretriz” (Rizzini, 1990, p.25).

O Governo Republicano descentralizou a justiça e os serviços públicos, criando as Províncias em Estados Autônomos, com o direito de decretar sua constituição e de eleger o seu representante. Não faltaram críticas ferrenhas frente a essa descentralização, em especial ao atendimento sanitaria.

De igual forma, na assistência à infância, o quadro era parecido. Nas grandes capitais, construíram-se instituições públicas e privadas com subvenção do governo, sem qualquer controle centralizado de serviços.

Nesse período, podemos afirmar que o trabalho realizado pelos atores sociais tinha uma diferença muito grande com relação a crianças filhas de pais abastados e dos chamados “menores”, filhos de famílias pobres ou “filhos de ninguém”.

### **2.1.2 – Segundo Período: 1930 - 1945**

Entre outras promessas nascidas da Aliança Liberal em 1930, instalada no poder, com Getúlio Vargas, “está a assistência ao menor e a infância em que o Governo Federal estabelece um sistema nacional, com integração do Estado e de instituições privadas. A ação do setor será conduzida pelos seguintes órgãos que terão suas atribuições e competências bem definidas” (Faleiros, 1995, p.67):

Conselho Nacional de Serviço Social (1938), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, a quem “cabe decidir sobre as subvenções às entidades privadas” (Faleiros, 1995, p.67).

Departamento Nacional da Criança (1940), que “articula o atendimento às crianças; combina serviços médicos com a assistência privada, através do serviço de Obras Sociais” (Faleiros, 1995, p.69).

Legião Brasileira de Assistência (1942): “vincula-se ao esforço de guerra, para prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados” (Faleiros, 1995, p.68).

Serviço Nacional de Assistência a Menores (1941),

“a implantação do SAM tem mais a ver com a questão da ordem social que da assistência propriamente dita. Esta instituição, que deveria orientar a política pública para a infância, é redefinida em 1944 (Decreto Lei nº 6865). Vinculada ao Ministério da Justiça e aos juizados de menores, tem como competências orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psico-pedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas de abandono (Faleiros, 1995, p.68).

Como se pode observar o governo federal criou uma política mais clara de proteção à criança e ao menor, representada pelos órgãos federais já citados.

Vimos que, até então, a assistência pública ao menor vinha sendo tratada pela esfera jurídica, através da atuação isolada do juizado de menores. Mas, o governo federal resolveu tomar a iniciativa de criar um órgão centralizador de atendimento e assistência ao Menor denominado SAM - Serviço de Assistência aos Menores. Não podemos ver essa decisão como um caráter ditatorial, mas como um anseio de centralização de um órgão, como controle de ação, tanto para o setor público como para o setor privado.

E os demais órgãos demonstram uma política compensatória que visa atender os trabalhadores menos favorecidos e, em conseqüência, suas famílias.

Como o nosso foco é perceber a relação de trabalho dos atores sociais nesses espaços institucionais com relação ao menor, nos deteremos por destacar o atendimento ao SAM-Serviço de Assistência a Menores.

Como já foi mencionado, “o atendimento às crianças e adolescentes em circunstâncias especialmente difíceis, nascido do regime da Revolução de 1930, em sua fase mais autoritária, foi o SAM - Serviço de Assistência ao Menor. Trata-se de um órgão do Ministério da Justiça, que funcionava como um equivalente ao sistema Penitenciário para a população Menor de idade” (Gomes, 1990, p.14).

A orientação do SAM é, antes de tudo, “correcional-repressiva”. Seu sistema de atendimento baseava-se em internatos (reformatórios e casas de correção) para adolescentes autores de infração penal, e de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos, para menores carentes e abandonados” (Idem).

Segundo Rizzini, “as funções de organizar os serviços de assistência, fazer o estudo e ministrar o tratamento aos menores foram retiradas da alçada dos juízes. Mantiveram-se a cargo destes a “fiscalização do regime disciplinar e educativo dos internatos, de acordo com a legislação vigente” (Rizzini, 1990, p. 276).

Diante de novos conhecimentos médicos, psicológicos e pedagógicos sobre a causa do abandono, a delinqüência e os métodos de tratamento de males preocupantes, principalmente nos meios especializados, é que se busca uma nova forma de reeducar esses menores que estariam sob o controle técnico e a fiscalização dos juizes.

Com isso, alguns serviços praticados pelo juizado de Menores do Distrito Federal foram encampados pelo Novo Serviço e muitas propostas de juizes voltadas para a reforma da assistência foram absorvidas pelo legislador. Portanto, com o SAM, a execução do atendimento foi principalmente separada da instância jurídica, continuando, no entanto, subordinada ao Ministério da Justiça (Rizzini, 1995, p.276).

Neste sentido, à conotação jurídica da descrição do problema dos menores cede espaço à caracterização de cunho social da infância e adolescência. No artigo 127 do texto constitucional de 1937, lê-se:

a infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento de suas faculdades. O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las de conforto e dos cuidados indispensáveis à sua preservação física e moral. Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para

a subsistência e educação da prole (Rizzini, 1995, p.136).

É importante destacar que no artigo acima mencionado fica evidente que a família do trabalhador receberá providências no tocante a leis previdenciárias. Já o problema dos vadios, mendigos e menores passou a ser visto como uma consequência das melhorias da condição da população em geral. Portanto, caberia, por meio da assistência social, fazer o “reajustamento social” por meio de novas técnicas fornecidas pelo Serviço Social.

É necessário lembrar que, em 1936, em São Paulo, é fundada a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, seguida da do Rio de Janeiro (1937).

No contexto daquela época, as assistentes sociais se inserem e passam a atuar no cenário com os demais atores sociais, buscando, dentro da divisão socio-técnica do trabalho, minimizar os conflitos sociais, que nascem como consequência do impacto da ascensão da industrialização no Estado de São Paulo.

Naquele período, portanto, “a assistência social constitui a base de legislação dos anos 40. No tocante aos menores, sua influência deixará marcas que afetarão decisivamente os caminhos a serem seguidos” (Rizzini, 1995, p.137).

Até então, não padecia dúvida de que era o setor jurídico o responsável pelos abandonados e delinqüentes. Mas como se pode observar, outros parceiros haveriam de ocupar o cenário, em busca de soluções para a assistência a menores.

Entretanto, a “tensão” entre os atores sociais daquele período era óbvia. A esfera jurídica era até então a protagonista. Era ela quem ditava as leis e as medidas assistenciais a serem seguidas, através da ação jurídico-social dos (Juizes de Menores). São inúmeros os escritos de juristas debatendo o papel social de Menores. Citamos um deles, nas palavras do Juiz Saul de Gusmão:

O sonho grandioso de Mello Mattos está sendo, afinal, realizado, em toda a sua plenitude, graças à clarividência do presidente Getúlio Vargas. A respeito do que se tem realizado a favor dos menores, durante o seu governo, sempre é pouco o que já se tem dito,

num merecido preito de justiça. Antes, muito pouco, diga-se de passagem, conseguimos realizar, como obra de assistência social, no sentido exato da palavra. Obedecendo a diretrizes previamente traçadas, os planos pré-estabelecidos, o edifício da assistência social aos menores desvalidos já se mostra na grandiosidade da sua estrutura (Rizzini, 1995, p. 140).

A obra de assistência social, analisada por Gusmão, se referia a algumas ações, realizadas pelos juizes de menores, as quais procuravam sobrepor a educação e a correção à punição na linha firmada por Mattos.

"A experiência, a partir da ação do juízo de Menores, desde a década de 20, na inter-relação entre os poderes legislativo, judiciário, executivo, levou a que se evidenciassem posições discordantes entre juristas".

Conforme conflitos de atribuições existentes, predominava a posição de que o judiciário era o órgão normativo por excelência, cabendo ao executivo cumprir suas determinações. Nesse sentido, os juízos estabelecidos buscavam ampliar suas competências, abarcando serviço auxiliares que completassem sua ação (assistentes sociais, psicólogos, comissários voluntários, etc...)

Mesmo incorporando os diferentes atores sociais na luta pela infância desvalida, o SAM chegou a um nível de corrupção tal, que autoridades e outros setores da sociedade começaram a acreditar na impossibilidade de recuperação de sua estrutura. Os escândalos públicos, as fugas em massa dos patronatos e escola de recuperação, a apreensão de meninos ricos, que ficavam nas mãos dos funcionários do SAM, transformaram o SAM numa verdadeira fonte de riqueza para fins sociais.

Como se pode observar, o SAM surgiu com todos os princípios considerados modernos na época: voltado para educação do menor, com método de trabalho delineado, a chamada assistência científica. O que ocorreu foram abusos contra os internos, corrupção, clientelismo – deve ser entendido dentro do contexto político da época. Uma ditadura, preocupada em se manter através da ideologia da defesa nacional, onde o menor na rua, fora da escola, representava perigo. Mas também, uma clientela sem barganha política e econômica, que é o foco de investimento pelos riscos que oferece, mas nem todo. O menor e o meio de onde vem não têm como cobrar e muito menos exercer

controle sobre as ações de um Estado todo poderoso. Pela sua condição de minoridade e pobreza, está completamente nas mãos daqueles designados para "protegê-los" ou "recuperá-los". Os abusos foram muitos e com justiça deram ao SAM a fama que permaneceu na história e no imaginário popular: SAM: amor ao menor, sucursal do inferno e outros (Rizzini, 1995, p.298).

### 2.1.3- Terceiro Período: 1945-1964

Com o fim da ditadura do Estado Novo, muda no Brasil a Constituição em 1946, provocando ideais liberais. No entanto a estrutura do campo social não muda, mas permanece a mesma.

Pode-se observar nos discursos dos governantes/ou dos atores da época, que o "bem estar do menor" continua em proposta na formulação de leis, e nas atividades desenvolvidas pelos atores sociais dos tempos vindouros.

Costa (1990), comenta que "na sociedade como um todo, assim como no interior da administração pública, passam a coexistir duas tendências: uma de aprofundar as conquistas sociais do período anterior em relação à população de baixa renda, a outra, no sentido de frear e manter sob o controle da burocracia estatal a tendência à mobilização e à organização, que passa a surgir no meio da população pobre" (Costa, 1990, p.15).

Deste antagonismo entre reformistas e conservadores, o país assiste ao adiamento de políticas básicas como a Reforma do Ensino Brasileiro, no período de 1948 a 1961.

No entanto, os acontecimentos que seguem mostram o desaparecimento dessas duas grandes tendências, com o regime militar implantado em 1964.

Com relação ao atendimento da criança e do adolescente, ressaltam-se neste período a criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar, a criação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência e a decadência do Serviço de Assistência ao Menor.

A década de 60 é vista com a convicção de enterrar o SAM. Mas o que pôr no lugar?

Nesta época, vem à tona a influência normativa internacional com a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações



Unidas em 20 de novembro de 1959. Uma carta de direitos, sem precedentes, para cidadãos, desde a infância, justamente numa época em que em muitos países, sobretudo na América Latina, o regime ditatorial estava prestes a nascer.

O conteúdo da Declaração dos Direitos da Criança se configurava com a legislação brasileira. Ambas se preocupavam com a condição sub humana das crianças e dos adolescentes:

... à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade, à especial proteção para o desenvolvimento físico, mental e social, a um nome e a uma nacionalidade, à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e sua mãe, à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente, à educação gratuita e ao lazer infantil, a ser socorrida em primeiro lugar em caso de catástrofe, a ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho, a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos (Unicef, 1991).

No Brasil, o encadeamento da luta pelo poder, com argumentos ideológicos autoritários, matou o sonho, acalentado por muitos, de ter uma sociedade igualitária com condições dignas de vida para a população.

Entretanto,

a 20 de outubro de 1964, Milton Soares Campos, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dirigiu-se ao Presidente da República, através do documento "Exposição de Motivos GM/906B", propondo a criação da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor em substituição ao serviço de Assistência a Menores (SAM) (Rizzini, 1990, p.150).

O documento defendia:

- A necessidade de "encontrar-se uma solução nacional para o grave problema de proteção ao menor desvalido e aos infratores das leis penais, mediante à mudança completa do sistema, até agora adotado e que se tem mostrado inadequado e ineficiente";
- A não aceitação de que o malogro do SAM se devesse ao problema de direção pessoal, mas "resulta de uma organização falha e onerosa e do uso de métodos inadequados à consecução dos fins em vista";

- O deslocamento da política de assistência ao menor da órbita do Ministério da Justiça, conforme havia proposto a Comissão criada pelo Ministro Mangabeira, pois os problemas estão "... ligados não a um, mas a vários Ministérios";

- A criação de uma fundação com plena autonomia técnica, apontada pela referida Comissão (Rizzini, 1990, p.91).

O Ministro Milton Campos seria o porta-voz da solicitação de que o Governo tomasse providências para encaminhar o ante-projeto ao Congresso Nacional. Um mês após é aprovada a Lei nº4513, de 1º de dezembro de 1964, que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação do Bem Estar do Menor.

O belo discurso entre a Letra e o distanciamento da prática vão ser desenvolvidos no regime militar, como veremos logo após.

#### **2.1.4- Quarto Período: 1964-1980**

Em decorrência dos fatos políticos, as chamadas "Luzes do período democrático " se apagam (1946-1964), e não se fala mais em política social como um fim em si, mas como um meio para atingir outras finalidades.

Nesta nova concepção de políticas públicas, o gasto social tem dupla finalidade: fortalecer determinados segmentos do setor empresarial e atender às necessidades básicas das populações carentes.

O programa social deste período é marcado pelas seguintes características básicas:

a) "Ocorrência de paralelismos, desperdícios, superposição e até mesmo antagonismos entre programas de origens diversas;

b) Centralismo burocrático que traz, para o âmbito do Estado e do Município, programas de decisão e ação federais, desfigurando, desta forma, o caráter federativo da República;

c) Muitos programas têm um claro sentido de controle social das populações pobres, reduzindo-as a objeto passivo da intervenção assistencial do Estado;

d) A participação dos destinatários se fazia sob a forma de "mão-de-obra" para execução de determinadas ações ou em decisões sem maior relevância;



e) A instrumentalização político eleitoral de ações tópicas, chegando mesmo a comprometer o caráter social de certas ações;

f) O efeito político desmobilizador, através da sistemática sonegação da iniciativa e da criatividade das bases comunitárias;

g) A desuniformidade de critérios na distribuição das verbas, recebendo mais quem obtivesse melhor acesso e simpatia em relação aos decisores públicos;

h) Não coincidência entre a pauta de prioridades do Estado e as necessidades objetivas das comunidades pobres;

i) Retenção da maior parte dos recursos em atividades de intermediação e controle, fazendo com que apenas uma parcela mínima dos recursos destinados à área social chegasse realmente aos destinatários" (Costa, 1990, p.17).

Com relação ao atendimento aos direitos do menor e do adolescente, a ação do Estado se dá em duas dimensões legais:

a) Lei 4513/64 – que estabelecia a Política do Bem Estar do Menor, que visava uma gestão, centralizada e vertical. O órgão nacional dessa política chama-se FUNABEM, e os órgãos executores eram as FEBEMS;

b) A LEI 6697/79 (Código de Menores) que tratava da proteção e vigilância aos menores em situação irregular.

Com relação à Funabem, essa nasce dentro do contexto do Regime Militar, com a proposta de: "assegurar prioridades aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximem da vida familiar, respeitando o atendimento de cada região" (Faleiros, 1995, p.76).

Essa era a nova proposta política que deveria substituir as práticas correcionais repressivas do antigo SAM, mas acabou sucumbindo com

o conjunto de mecanismos de repressão, com o esquema de controle político e social (com o terror e tortura) que deveria estar presente em todas as partes, controlando, vigiando, educando, para que a integração se processasse de acordo com o plano nacional elaborado pelos tecnocratas (Faleiros, 1995 p.77).

Assim, pode-se afirmar que o modelo correcional/repressivo de atendimento nunca foi inteiramente superado, passando a conviver também com o modelo assistencialista.

### 2.1.5- Quinto Período: 1980-2000

No final dos anos 70, dá-se início ao processo de abertura democrática, surgindo, entre os educadores e trabalhadores da área social, um movimento de educação progressista, ganhando corpo nos meados dos anos 80, através da:

“estratégia de defesa da cidadania que emerge dos movimentos sociais, dos sindicatos e da busca que consolida um paradigma de relações entre Estado e Sociedade, pautado pelo reconhecimento dos direitos individuais e coletivos, civis, políticos e sociais, garantido pela participação da população ou seus representantes nas decisões sobre o destino geral do povo, assegurando-se a transparência das decisões e do controle social da execução das políticas” (Faleiros, 1995, p.89).

“ A partir das lutas e pressões sociais, e dentro das correlações de forças possíveis, em 1986, o Congresso Nacional funciona também como Assembléia Constituinte. As forças conservadoras e militares haviam vetado a convocação de uma assembléia constituinte exclusiva.

O debate no entanto, mobiliza tanto os conservadores de grandes empresas como as organizações populares. Os direitos da criança são colocadas em evidência por inúmeras organizações, destacando – se o Movimento Nacional de meninos e Meninas de Rua ( Barbeta,1993), a Pastoral do Menor, entidades humanas, ONGS, que apresentam emendas para defesa da criança e do adolescente.” ( Faleiros pg. 85.1995)

Quatro emendas populares reafirmam o tema dos direitos da criança e do adolescente não só no Plenário, mas nas ruas, com a carta de assinaturas. Destacando o papel da Igreja Católica nessa mobilização.

A Comissão Nacional Criança Constituinte consegue 1.200,000 assinaturas para sua emenda e, além disso, fez intenso lobby junto a parlamentares para que se crie a Frente Parlamentar supra partidária pelos

direitos da Criança e do adolescente, multiplicando – se no país os Fóruns de defesa da Criança e do Adolescente.

Os direitos da criança perpassam a diferentes áreas mas ficam bem estabelecidos nos artigos 227, 228, 229 da Constituição de 1988. Garante – se à criança e ao adolescente, “ como dever do estado e da sociedade os direitos à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá- los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. ( Faleiros, p.85,1995)

No Rio, em 1987, há as experiências de desinternação de 15 Centro de recursos Integrados de Atendimento ao menor. As políticas e prática de internação vão sendo confrontadas com políticas e práticas de atendimento direto nas ruas e de redes de trabalho. As mudanças políticas globais e o trabalho de militantes junto aos movimentos sociais vão se refletindo na ação junto as crianças e adolescentes, estão chamada de “ projetos alternativos” em confronto com a estratégia de internação e repressão. ( Faleiros, pg.88, 1995)

A Funabem participa do movimento de projetos alternativos de atendimento a meninos e meninas de rua. Esses projetos são articulados por um convênio entre a UNICEF, a secretaria de assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência social e a Funabem. Desde 1981 estudam - se, entre os três órgãos, formas alternativas de atendimento à criança na Comunidade”. ( Faleiros, pág 88,1995)

“ Sua ações norteiam – se por dois princípios fundamentais: considerar a criança e o adolescente como sujeitos da história e desenvolver o trabalho educativo no contexto social em que eles estão inseridos. É, precisamente aqui, que surge a figura do “ educador de rua” como presença efetiva e solidária com os meninos e meninas que viviam nas ruas. É a partir deste momento que se expande o programa “ Educação social de Rua”, assim denominado pela Pastoral do Menor de São Paulo” ( Schlichting, pg.27,1997).

Dentre esses movimentos sociais, é importante destacar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) que emergiu a partir dos projetos Alternativos de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, em que havia também a participação da Funabem.

Os projetos pioneiros foram desenvolvidos pelas ONGS – Organizações Não Governamentais,

“em áreas bastante heterogêneas como cerâmica, formação profissional, venda de produtos, alfabetização, ensino religioso, com forte presença de atores religiosos. A partir da articulação desses projetos surge o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que realiza três encontros nacionais (1986,1989,1993), em Brasília, e que contribuíram significativamente para trazer a questão da política para a infância como debate nacional. As crianças e adolescentes aparecem como sujeitos de direitos, como cidadãos. O movimento conta com apoio internacional, organiza seus estatutos, sua administração, tendo voz nos fóruns governamentais e não governamentais sobre a criança. Em 1992 o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua conta com 90 comissões locais estruturadas, 139 núcleos de base de meninos e de programas, aproximadamente 3000 militantes, 03 centros de formação para educadores sociais de rua. Há 400 programas de atendimento ligados ao movimento” (Faleiros apud Barbeta, 1995, p.89).

A partir desse movimento o menino e a menina deixam de ser vistos como um feixe de carências e repressão, mas passam a ser sujeitos de sua história e de seu povo.

Além disso, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua,

passa a ter um papel ativo na Constituinte junto com a UNICEF, contribuindo para a mobilização da sociedade no sentido de aprovar e exigir a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente juntamente com intelectuais, juizes progressistas, promotores, pastoral do menor, parlamentares. Vários encontros são realizados, negociações e pressões para a aprovação e promulgação da Constituição em 05 de outubro de 1998 (Faleiros, 1995, p.89).

Com “o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, revoga-se o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da Funabem. Apresenta detalhadamente os direitos da criança e do adolescente, já em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área. Adota expressamente em seu artigo 1º a doutrina de Proteção Integral” (Faleiros, 1999, p.89).

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante a proteção integral com absoluta prioridade, considerando: “Crianças... a pessoa de zero até doze anos de idade, e adolescente, a pessoa de doze a dezoito anos de idade” (Artº 12).

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Artº3). E assim todos os direitos lhes são garantidos por lei.

Como decorrência da situação exposta acima, o movimento em favor da criança tem sua militância ligada aos programas comunitários, às associações de trabalhadores(...) Também é significativa a presença de profissionais intelectualizados: professores, profissionais liberais, técnicos que atuam na política, assim como magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, entre outros.

Assim, a força propulsora de defesa dos direitos da criança e do adolescente tem unido em torno de si metas, objetivos necessários e concretos, alguns segmentos da sociedade brasileira, pela luta e conquista da cidadania da geração presente e futura.

Na seqüência apresenta-se o resgate histórico sobre a implantação da “Abordagem de Rua” em Florianópolis

### **3 - RESGATE HISTÓRICO DA ABORDAGEM DE RUA EM FLORIANÓPOLIS**

O presente Capítulo, que trata do resgate histórico da Abordagem de Rua, em Florianópolis, pelo relato que aqui se faz, tem como fonte de consulta os relatórios das atividades da Ação Social Arquidiocesana – ASA (1987 a 1991), do grupo de Educadoras Sociais de Rua (1987 a 1991), projetos encaminhados a entidades afins (1990), entre outros documentos de igual importância, pela qual a ASA deu início ao trabalho de Abordagem de Rua, em Florianópolis.

Contou-se também com a colaboração da coordenadora atual da ASA, Sandra Schlichting, que, além de proporcionar o acesso aos documentos e relatórios, por meio da história oral, possibilitou informações que fazem parte do resgate histórico ora apresentado.

Diante da amplitude e complexidade do tema, extrairemos alguns elementos, apenas aqueles aspectos relacionados a concepções em relação ao menor e aos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes atores sociais.

Na evolução histórica da Abordagem de Rua, em Florianópolis, pode-se distinguir três fases importantes: a primeira fase, que compreendeu o período de 1987 a 1991, coincidindo com as propostas de mudanças constitucionais no cenário brasileiro, com saldo de conquistas e realizações em favor da criança e do adolescente; a segunda fase, de 1991 a 1992, busca uma articulação entre as entidades governamentais e não governamentais para rever os objetivos pautados na nova proposta constitucional; a terceira fase, que teve início em 1995, estende-se até os dias de hoje. Caracteriza-se pela busca da efetivação da legislação em vigor, na perspectiva de garantir os direitos da Criança e do Adolescente em seu exercício de cidadania.

Essas fases não são estanques, mas interpenetram-se, coexistem e têm momentos de predominância.



Pode-se afirmar, em princípio, que em termos de desenvolvimento econômico no Brasil, os anos oitenta são considerados a "década perdida". Se, por um lado, houve um acelerado processo de degradação, por outro avançou-se em termos políticos e institucionais rumo ao estado democrático, com conquistas de direitos inegáveis.

Diante de uma conjuntura de crise, o país elegeu um presidente civil, elaborou uma nova Carta Constitucional, reviu a legislação herdada do autoritarismo e elevou o nível de exercício da cidadania.

Com o desenrolar da democracia, no início dos anos oitenta, começou a amadurecer e desenvolver um movimento social que vai favorecer e proporcionar uma nova mudança na concepção de "menor", culminando em um saldo significativo de conquistas e realizações em favor da criança e adolescente.

Segundo Costa (1990, p.22), "a participação da Igreja neste processo de ação social tem sua raiz nas profundas mudanças de concepção no trabalho pastoral que têm início nas reformas que se seguiram ao Concílio Ecumênico Vaticano II".

Frente às "novas concepções, a evangelização integral pressupõe uma salvação do homem todo e de todos os homens". Tal concepção impulsiona os novos padres a propor aos fiéis o debate de suas condições de vida e da ação necessária para melhorá-las. Isto se dá principalmente nas CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, levando as populações marginalizadas à ascensão a novos patamares de consciência" (Costa, 1990, p.22) e organização, com envolvimento de outros atores sociais.

### **3.1- Primeira Fase: Florianópolis/Crianças e Adolescentes/ASA**

Florianópolis, a Capital do Estado de Santa Catarina, possuía, em meados dos anos 80, 230 mil habitantes. No centro despontavam pequenas indústrias, um razoável comércio, onde o sistema econômico era dominado pelos interesses da administração pública, cuja dinâmica centrava-se na atividade de prestação de serviços.

A situação de miséria em que se encontravam milhares de pessoas advindas do interior do Estado e de outros Estados vizinhos, em busca de melhores condições de vida, alargava e formava os bolsões de pobreza.

Com o mercado de trabalho limitado, a população de baixa renda buscava, na construção civil e prestação de serviços domésticos, possibilidades de geração de renda para a manutenção de suas famílias.

As crianças e adolescentes eram impelidas a ir à luta pela sobrevivência. Estas perambulavam pelas ruas centrais de Florianópolis, em busca de alternativas de vida.

Como no restante do país, o tratamento dado às crianças e adolescentes de/na rua em Florianópolis, se pautava na concepção repressiva/correcional/assistencialista, em que os encaminhamentos eram normalmente feitos ao Órgão Estadual responsável pelo "Bem Estar" do Menor: Fucabem.

Entre outras entidades não governamentais que trabalhavam com o "menor", despontava a Ação Social Arquidiocesana, dando, em sua ampla atividade, uma atenção especial a crianças e adolescentes que faziam das ruas seu espaço de sobrevivência; ou seja, para trabalhar ou perambular (meninos na rua) ou mesmo na busca de conseguir sustento próprio para passar seus dias e noites (meninos de rua).

Frente a essa realidade, a Ação Social Arquidiocesana buscou dar uma resposta efetiva, articulando-se com organizações populares pelas conquistas sociais, participando ativamente da elaboração do Projeto de Lei Orgânica Municipal e Constituinte Estadual para a implementação da Legislação Federal, bem como, criando vários projetos: Programa Alternativo de Comunidade para Meninos (as) de Rua, Comissão Local e Grupo de Educadoras Sociais de Rua.

Para entender tais propostas, deve-se lançar o olhar para o panorama nacional, em que um acordo firmado entre os dirigentes da UNICEF, Funabem (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor) e Secretaria de Ação Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, movidos e sensibilizados com a situação do "menor", fez com que se desse início ao Projeto Alternativo de Atendimento a Meninos de Rua.

A partir da articulação desse Projeto Alternativo de Atendimento a Meninos de Rua "surge o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que realiza três encontros nacionais (1986, 1989, 1993), em Brasília, e que contribuíam significativamente para trazer a questão da política para a infância como debate nacional" (Faleiros, 1995, p.88-89).



A nível estadual houve quatro Encontros de Comissões Regionais, e em junho de 1985 foi realizado um grande encontro em Brasília, quando estiveram presentes umas trinta comissões. Neste momento foi eleita uma primeira Comissão Nacional, buscando cada vez mais a organização de meninos e (as).

Objetivos do Movimento:

- Ser um grupo de articulação e pressão para mudanças;
- Sensibilizar e mobilizar a Comunidade para que haja uma maior participação da mesma junto às Comissões ou grupos locais;
- Criar oportunidades de formação, treinamento e reciclagem de pessoas que trabalham diretamente com a criança;
- Denunciar fatos ou ações que vão contra o direito do menor;
- Problematizar no nível da sociedade a questão da criança;
- Adotar uma postura que garanta uma ação conjunta, onde o adulto e a criança possam ler criticamente a realidade e nela intervir;
- Facilitar e apoiar a organização dos meninos e meninas;
- Fortalecer o movimento, integrando-o nas lutas populares para reconquistar o direito da cidadania;
- Estabelecer etapas de sensibilização.

A partir da organização dos Movimentos de Meninos e Meninas de Rua a nível nacional, tratou-se de imprimir uma identidade política aos grupos interessados, em nível local, estadual e nacional, articulando-se em torno da mesma questão dos Meninos e Meninas de Rua.

"Em maio de 1986 realiza-se, em Brasília, o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Esse grande evento vem colocar em evidência, perante o país inteiro, a natureza política e a identidade progressista do Movimento Nacional". (Costa, 1990, p.27)

Frente às discussões sobre a saúde, família, trabalho, escola, sexualidade, direito e outros, em todos os grupos emergia uma palavra espantosa e freqüente: violência.

Essa denúncia fez com que os dirigentes convocassem uma Assembléia Nacional Constituinte, para apresentar as reivindicações feitas no sentido de garantir, na Constituição, os direitos ora debatidos, os quais tinham sua substância básica na Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

A síntese do documento ocorreu, basicamente, em razão da força e habilidade, do compromisso do Movimento Social que lutou pelos direitos da Criança e Adolescente, condensados no caput do artigo 227 da Constituição, onde se lê:

"Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão".

Embora já mencionada, a Ação Social Arquidiocesana não ficou dependente dessa realidade, mas implantou vários projetos, a fim de dar uma resposta a tal situação. Entre eles nos deteremos na Abordagem de Rua de Florianópolis.

O Projeto Abordagem de Rua de Florianópolis tem sua raiz histórica no 1º Encontro realizado no dia 13 de maio de 1987, com o Grupo de Educadoras Sociais de Rua, embora saibamos que sua articulação antecede esta data.

O Grupo de Educadoras Sociais de Rua, assim denominado, assume uma postura de articulação e compromisso, relacionado aos Meninos e Meninas de Rua de Florianópolis, realizando dessa forma mudanças de propostas e de concepção do menor, em conjunto com outros atores sociais.

É bom lembrar que nesta primeira fase o Grupo de Educadoras Sociais de Rua constituía-se de voluntárias, participando também algumas profissionais contratadas pela ASA e pela Prefeitura de Florianópolis. Eram profissionais das diferentes áreas, como: Pedagogia, Serviço Social, Educação Física etc...

Neste período dava-se primazia à formação das educadoras, levando-as a participar em atividades de uma forma progressiva, nos diferentes níveis de discussão.

Num primeiro momento, participaram de ciclos de debates, seminários e estágios sobre a realidade do menino (a) de rua. Ultrapassaram os limites geográficos da capital Florianópolis, rumando a São Paulo, onde participaram de debates sobre a Pastoral do Menor, fazendo um estágio na mesma.

O objetivo de tal participação era ver a possibilidade de implantar a Pastoral do Menor aqui em Florianópolis. Mas, esta nunca foi implantada.

Além disso, havia avaliações semanais, com acompanhamento de uma coordenadora, estudos e debates, cujos temas versavam sobre drogas, sexo, vírus HIV, etc.

Com a evolução das mudanças sociais, deram também sua contribuição na elaboração da emenda popular, na Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, com posterior estudo, debate e divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ampliando assim sua visão de menor, dentro de uma perspectiva conjuntural e assumindo já uma postura frente à criança e ao adolescente como cidadãos de direitos e deveres.

A abordagem aos meninos (as) de rua era feita em seu local de trabalho, com a finalidade de conhecer a realidade, e estimulá-los a serem sujeitos de transformação.

Fazia-se acompanhamento sistemático sobre as situações em que se encontrava a população empobrecida, visitando-se a família, a comunidade, as obras de contenção governamentais (internatos e cadeia pública).

As atividades desenvolvidas eram as mais diversas, tais como: lazer, reflexão, esportes, trabalhos manuais, acompanhamento individual, encaminhamento a atendimento psicológico.

Havia uma preocupação em dar um encaminhamento adequado a cada situação apresentada, mas as condições de defasagem de pessoal e instrumentalização técnica não permitiam o resultado desejado.

Essa questão aparece bem clara quando, em meados do ano 1988, o grupo começa a se questionar quanto à sua identidade própria. Seria possível continuar o seu trabalho, não pertencendo à Pastoral Social ou ao Movimento Social? Qual o objetivo concreto de trabalhar com as crianças, sem ter um plano de ação?

Para responder a essas questões e para dar maiores esclarecimentos sobre as mesmas, procuraram-se pessoas envolvidas diretamente com o movimento e a pastoral. Em seguida, elaboraram o objetivo e estratégias, continuando a buscar sua própria identidade como grupo de Educadoras Sociais de Rua.

Em seqüência fez-se um levantamento e articulação com as mais diversas obras que trabalhavam com os meninos (as) de rua em Florianópolis, visando conhecer esse trabalho, para responder mais amplamente a suas carências.

Procurou-se dar assessoria e acompanhamento, dispondo-se, inclusive, a fazer um intercâmbio entre um programa da Prefeitura, durante 6 meses. Todavia não foi possível dar continuidade, devido à incompatibilidade ideológica.

Para responder a essa situação de repressão/assistência percebida pelas Educadoras Sociais de Rua, buscou-se apoio junto à Casa Santo Antônio, onde funcionava um atendimento fixo durante alguns dias da semana. Queriam apresentar aos meninos um ponto de referência e apóia-los em situação emergencial.

Através de propostas de aquisição de duas casas, em comunidades diferentes, começou a aparecer uma nova possibilidade de trabalho, em que essas crianças passariam a ter uma Casa Lar com uma mãe, realizando-se uma possível integração comunitária.

Houve levantamento de recursos e articulação, capazes de reforçar e/ou dar prosseguimento à proposta de educação, saúde integral da criança e adolescente que vive na rua. Tal proposta foi inviabilizada por falta de recursos e incompatibilidade das proprietárias com os fins da locação.

Percebeu-se também um vínculo de aproximação, seguido de um distanciamento, do Juizado de Menores.

Num primeiro passo buscou-se, através da confecção de documento de identificação das Educadoras Sociais de Rua, junto ao Juizado de Menores, esclarecer o trabalho desenvolvido pelo grupo. Isto possibilitaria a intervenção em arbitrariedades cometidas contra o Menino (a) e acompanhamento em caso de detenção.

Comprometeram-se com o acompanhamento de meninos submetidos à situação judicial, na passagem destes para o sistema da Liberdade Assistida, visando participar e avaliar, com o próprio menino, a perspectiva de uma vida nova e sua responsabilidade com seu próprio futuro.

Num segundo passo começaram a cobrar dos Poderes Públicos um atendimento coerente e efetivo, através de contatos circunstanciais com o Juizado de Menores e a Fucabem.

Denunciavam à população arbitrariedades e desrespeitos cometidos em relação às crianças e aos adolescentes de rua (na rua) ou internadas na Fucabem, delegacia e cadeia pública.

Faziam manifestações em cultos ecumênicos, ou outros atos públicos, com relação aos assassinatos cometidos pela polícia contra os meninos (as) naquele período.

Também se buscava encaminhar diferentes propostas e projetos, a fim de solicitar cooperação financeira a organizações governamentais ou não, objetivando o aumento do quadro de funcionários, para intensificar os trabalhos desenvolvidos com crianças de rua e a aquisição de imóvel, que respondesse àquela necessidade.

É oportuno mencionar um Projeto elaborado no final da década de oitenta, em que se propõem vários sub-projetos que, segundo a compreensão do Grupo de Educadoras Sociais de Rua, respondiam às necessidades de então.

Entre outros sub-projetos de igual importância passamos a transcrever três:

***Projeto: Educador de Rua:***

Tinha como objetivo acompanhar e apoiar crianças e adolescentes na rua, numa perspectiva de abordagem inicial, levando a alternativas concretas, na busca de vida digna.

Tal proposta considerava de suma importância a presença constante dos educadores nos locais de permanência dos Meninos (as) de Rua, e dos Meninos (as) na Rua, servindo assim como etapa inicial de contato com a realidade das crianças e dos adolescentes. A partir de um vínculo de amizade e confiança, esses meninos (as) poderiam ser encaminhados a outros sub-projetos, quando desejassem.

**Projeto: "Sede Móvel":**

A finalidade era a de levar aos mais diversos locais, onde se encontravam grupos de meninos (as) de rua, inclusive a espaços afastados das ruas, propostas pedagógicas.

Tal proposta deveria partir da dinamicidade dos meninos (as), através de um veículo (sede móvel) onde seriam apresentadas alternativas adequadas aos diferentes grupos, respeitando-se as características de cada um deles.

Em momentos pré-definidos a "sede-móvel" deveria deslocar-se aos vários locais de permanência dos meninos (as), cuja dinâmica seria orientada por profissionais da área, oferecendo oportunidades, tais como: recreação, jogos, manifestações artísticas populares, geração de renda, escola aberta e atendimento a situações emergenciais (vítimas de violência, intoxicação por drogas, solidão).

**Projeto: Centro de Defesa da Criança e Adolescência:**

O objetivo era o de denunciar à sociedade civil e/ou Poderes Públicos o não cumprimento dos Direitos Constitucionais, garantidos ao Menor de idade: escola, saúde, alimentação, moradia, lazer, proteção física e psicológica, respeito ao trabalho, à sua condição de pessoa em desenvolvimento.

- Cobrar, dos Poderes Públicos, severa punição à desobediência dos direitos garantidos, constitucionalmente, aos menores de idade.
- Oferecer atendimento imediato às situações de injustiças às quais os menores de idade são constantemente vítimas, através de atendimento jurídico, médico e psicológico.

Nesse sentido a equipe interprofissional (advogado, psicólogo e assistente social) responsável pela execução deste sub-projeto deveria manter contato constante com a Equipe de Educadores de Rua (sub-projeto I), com empresas que contratem menor de idade, escolas, instituições de internato, e/ou acolhida, a fim de tomar conhecimento de arbitrariedades cometidas contra menores de idade.

Sediados na Casa de Apoio, os Educadores (sub-projeto) deveriam receber denúncias por parte dos menores, seus familiares, cidadãos e



instituições, de atitudes que desrespeitam os direitos de crianças e adolescentes de Florianópolis.

A articulação dos técnicos com os instrumentos de defesa do cidadão (Comissão de Justiça e Paz, Serviço de Justiça e não violência, Ordem dos Advogados do Brasil, Pastoral do Menor, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Centro de Apoio e Promoção do Migrante) deverá ser constante para que, juntos, passem a cobrar atitudes coerentes com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e Adolescente e as Constituições Federal, Estadual e Municipal.

Portanto, pode-se verificar que esses sub-projetos demonstram uma clara consciência de que o trabalho desenvolvido junto à criança e ao adolescente de /na rua de Florianópolis, deveria ser diferenciado da proposta de correção/repressiva e assistencialista. Entretanto, tal projeto não foi concretizado, por falta de financiamento.

Já no início da década de 90, o trabalho do Grupo de Educadoras Sociais de Rua foi intensificado, com a colaboração mais sólida da ASA e do Movimento Nacional de Meninos (as) de Rua, que assumiram uma discussão mais ampla, concluindo que o espaço que vinha sendo utilizado era inadequado para o atendimento das crianças e adolescentes. Tal situação trouxe a necessidade de superar questões emergentes, buscando um local ao qual se pudesse encaminhar o menor para suprir as necessidades básicas, tais como: alimentação, vestuário, e teto para dias de chuva.

A avaliação geral do Projeto Abordagem de Rua resultou em novos caminhos a serem seguidos.

Após tentativa de negociação junto à autoridade eclesiástica, houve, por parte das entidades responsáveis pela discussão (ASA/MNMMR), contato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, que assumiu na íntegra a proposta apresentada, bem como a contratação da Equipe Técnica.

### **3.2- Segunda Fase: 1992/1993: PAICAR**

Programa de Atendimento e Integração de Crianças e Adolescentes de Rua – PAICAR.

O Programa de Atendimento e Integração de Crianças e Adolescentes de Rua – PAICAR, foi vinculado à Divisão da Criança e do Adolescente da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Como já foi mencionado anteriormente, durante o mês de outubro de 1991, a partir de sucessivas reuniões entre as entidades envolvidas (ASA/MNMR/AFLOV/Prefeitura Municipal de Florianópolis) reelaborou-se o Projeto que passou a se denominar Meninos (as) de Rua. A proposta era garantir objetivos coerentes para a continuidade de um processo que já caminhava. Foi possível ainda contratação de parte do Grupo de Educadoras Sociais de Rua, para a execução do novo Projeto.

Seus objetivos gerais eram:

- Resgatar a cidadania de crianças e adolescentes que fizeram das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência e até mesmo de moradia, garantindo acesso aos direitos;
- Promover a defesa dos direitos das crianças e adolescentes para que possam exercer a cidadania plena, principalmente daquelas expostas a situações de risco pessoal e social.

Seus objetivos específicos eram:

- Oferecer às crianças e adolescentes de rua condições básicas para sua sobrevivência, como: alimentação, higiene pessoal e saúde;
- Informar acerca de serviços e programas existentes no município, bem como proceder encaminhamentos;
- Instrumentalizá-lo a nível de sua organização, visando à superação de sua condição de marginalização e da lógica que a engendra;
- Reconhecer e desenvolver a capacidade de percepção do cenário econômico e político da vida nacional, para sua integração à lógica social brasileira;
- Propiciar o acesso à escolarização e à profissionalização pautada em uma perspectiva de transformação;
- Propiciar atividades profissionalizantes, sintonizadas com a proposta de trabalho, respeitando-se as atividades de interesse da clientela, adequados à realidade;
- Restabelecer e preservar os vínculos familiares, quando possível. (Oliveira, 1993, p. 26)



Ao novo grupo cabia manter o vínculo, realizando contatos diretos com as crianças e adolescentes, utilizando de conversas informais, encaminhamentos a família e entidades e atividades esportivas, lúdicas, artesanais, procurando manter os laços de confiança.

Passa-se, através desse contato, a conhecer a realidade dos Meninos e Meninas de rua: de onde vêm, de que vivem, como vivem, do que gostam, quais são os laços de amizade?

Para melhor estreitar esse relacionamento e atendê-los em suas necessidades básicas, embora de forma precária, passa-se a atender em duas salas anexas à Divisão de Assistência Sócio-Jurídica, situada à rua Felipe Schmidt, número 869.

As crianças e adolescentes atendidos na sede, eram em média 30. Recebiam alimentação, higiene pessoal e encaminhamento a entidades ou programas nas áreas de saúde, educação, jurídica e profissional.

Esses encaminhamentos dados pelas Educadoras Sociais de Rua tinham também o objetivo de discutir questões mais amplas, como: drogas, sexo, cidadania e superação da marginalidade.

Entretanto, dava-se a evasão dos meninos e meninas, que buscavam, no trabalho de outras entidades, compensações para as suas necessidades básicas.

As Educadoras Sociais de Rua mantinham seus objetivos definidos, compromisso e identificação com a clientela, mas encontravam uma série de dificuldades para operacionalizar suas propostas.

Destacam-se, dentre elas, a questão ideológica, política, pouca sistematização da prática, falta de estrutura mínima e, acima de tudo, interferência de trabalhos que atendiam a mesma clientela.

Essa interferência levava uma série de instituições, governamentais ou não, a se envolver com a problemática da criança e do adolescente de rua, a partir de um olhar de piedade, de revolta, violência, assistência, como descrevemos logo a seguir.

- **Centro Piloto:** O centro piloto possuía 300 funcionários e atendia, em média, 1000 crianças e adolescentes; havia sido instalado cerca de 10 anos atrás. Tinha por objetivo colocar as crianças e adolescentes na escola, na família e

profissionalizá-los. Atualmente, atende somente 15 crianças em regime de semi-internato, 49 em regime de internato e 10 em regime de casa lar.

- ***Liberdade Assistida:*** Atendia as Crianças e Adolescentes acometidos de pequenas infrações, com a finalidade de acompanhar e orientar, nos casos onde não houvesse julgamento. É uma das medidas sócio-educativas previstas pelo Estatuto da Criança e Adolescente, conforme o artigo 112, IV.
- ***JOCUM – Jovens com Uma Missão:*** com uma prática assistencialista e de cunho religioso, os jovens saíam às ruas para oferecer lanches para crianças e adolescentes e, oportunamente, pregar a vivência do evangelho.
- ***Fundação Vida:*** Entidade não governamental, presidida pela senhora Vera Maria Karan Kleinunbing, primeira dama do Estado, que desenvolve um trabalho de atendimento temporário e pernoite para as crianças e adolescentes, no Albergue Santa Rita de Cássia. Além disso, mantém o Casarão Integração Criança/Adolescente e Idoso, através de atividades artísticas, lúdicas, marcenaria e oficinas. Também implantou o Programa SOS Criança, com atendimento emergencial de maus tratos.

Diante desse panorama, o grupo de Educadoras Sociais propõe um trabalho conjunto com essa iniciativa do Estado. Entretanto, a instituição não demonstrou nenhum interesse.

Por falta de recursos, o grupo de Educadoras Sociais de Rua resolveu limitar o atendimento, restringindo-o a crianças e adolescentes até 16 anos, que não fossem usuários de drogas ou infratores.

Essa decisão era compreendida pelas Educadoras Sociais de Rua como uma impossibilidade de garantir um atendimento adequado a essas Crianças e Adolescentes, usuários de drogas e infratores.

Foi feita uma outra reflexão, sobre o paralelismo de atividades, que levava as crianças e adolescentes de/na rua a perambular de instituição e instituição, não tendo uma resposta efetiva para as suas necessidades básicas, ou seja, não tendo garantia de seus direitos, enquanto cidadãos.

Enquanto isso, se desperdiçavam recursos na tentativa de “resolver” as situações de forma muito fragmentada.

Diante dessas reflexões, houve mais uma tentativa de aproximação com as demais entidades, a fim de buscar um atendimento conjunto e discutir a realidade das Crianças e Adolescentes de Rua.

O conhecimento desses trabalhos foi mais intensificado, com articulação entre os mesmos. Desse contato a coordenadora técnica da Fundação Vida promove o I Seminário sobre Crianças e Adolescentes, que se realizou nos dias 08 a 09 de setembro de 1992, em que algumas instituições governamentais expuseram seus objetivos e formas de trabalho, mas faltou espaço para debates e encaminhamentos, para a efetivação de uma política comprometedora.

Numa outra oportunidade, as Educadoras Sociais de Rua convocaram para uma reunião representantes do Juizado da Infância e Juventude, Centro Piloto, Fundação Vida, Prefeitura Municipal de Florianópolis. Nesta reunião discutiu-se a ação fragmentada e as dificuldades enfrentadas por cada instituição.

Dessa iniciativa surgiram outros debates e reunião, culminando com a elaboração de um documento que propunha um atendimento articulado à criança e ao adolescente marginalizados de Florianópolis: esse documento foi inviabilizado.

Em março de 1993 houve uma reestruturação do Grupo de Educadoras Sociais de Rua. Realizou-se um Encontro de Capacitação, com a abordagem dos temas:

- a ineficiência das políticas públicas;
- o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- o contexto social;
- a diferenciação das terminologias Meninos de Rua e na Rua;
- a importância e necessidade do trabalho de base. (Oliveira, 1993, p. 38)

Nesse ínterim, houve uma reunião entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Fundação Vida, em que firmaram um convênio.

Desse convênio ficou estabelecido que a PMF assume as atividades desenvolvidas pelo SOS Criança, Albergue Santa Rita de Cássia, Casarão de Integração Crianças/Adolescentes/Idoso.

Assinado o convênio entre Prefeitura Municipal e Estado, surge uma nova proposta de operacionalização, formando duas equipes de trabalho, uma de apoio na rua e a outra na agilização do acordo firmado.

Apesar dessa proposta e desses encaminhamentos, o grupo de Educadoras Sociais de Rua encerra suas atividades, ao barrar no comprometimento com as políticas públicas. Retornou com uma nova proposta de trabalho no ano de 1995, como veremos a seguir.

### **3.3. Terceira Fase: 1995 – até os tempos atuais.**

A Abordagem de Rua, em Florianópolis, surge como Projeto em 1995, como uma das respostas a política de atendimento da esfera Municipal em Florianópolis. Desenvolve-se através do Programa de Atenção e Proteção a Crianças e Adolescentes em Comunidade e Programa de Proteção Especial, pertencentes à Divisão da Criança e do Adolescente.

O projeto de Abordagem de Rua:

caracteriza-se enquanto proposta de atendimento sócio-educativo, com o compromisso de restabelecer a relação com crianças e adolescentes em situação de rua. Tem como objetivo principal buscar a superação da condição de marginalidade que cerca as crianças e adolescentes que fizeram das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência e até mesmo de moradia (Ramos, 1998, p.37).

A abordagem de rua é “um instrumento de aproximação - conhecimento da realidade, a partir do lugar social de rua” (Ramos, 1998, p.37). O trabalho é realizado nos três períodos: matutino, vespertino e noturno.

Em pesquisa realizada pela Equipe do Projeto Abordagem de Rua em 1996, foi detectada a presença de 345 crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Esse perfil possibilitou a discussão, o redimensionamento e a instalação de várias propostas de atendimento, a nível comunitário, entre outros:

“A Casa da Liberdade, desde 1987, com seu projeto retrata a mobilização em torno das discussões da luta dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Florianópolis. A sua implantação foi mediada pela Igreja, entidades governamentais e não governamentais” (Ramos, 1998, p.37).

Em 1990 são implantados os Centros de Educação Complementar, para atender famílias carentes nas comunidades da Costeira do Pirajubaé, Itacorubi,

Promorar e Parque da Figueira. O objetivo principal consiste em fortalecer a permanência das crianças e adolescentes nas comunidades de origem, através das mais diversas atividades desenvolvidas.

A Casa de Passagem (1993) caracteriza-se enquanto abrigo provisório, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Consiste numa proteção transitória, que visa abrigar crianças e adolescentes e mães (quando acompanhadas de seus filhos) que guardam providências sociais/jurídicas dos órgãos que os encaminharam.

Em 1995 instala-se, no Terminal Rodoviário Rita Maria, o Projeto Guia Mirim, que consiste em oportunizar, aos adolescentes de 14 a 17 anos, um espaço de crescimento pessoal e social, através da prestação de serviços de orientação pública.

Em 1999 cria-se o Projeto Florir Floripa, que tem como objetivo atender crianças e adolescentes em situação de rua. Este atendimento é feito através de oficinas, capoeira, dança e jardinagem, com orientações pedagógicas.

A terceira fase quer ser uma resposta, em que se faça valer os direitos da Criança e do Adolescente, enquanto cidadãos, cujo ideário deveria ser mantido pela sociedade civil, sendo exigida do Estado a contribuição efetiva de sua parcela.

Neste breve histórico sobre a Abordagem de Rua em Florianópolis, percebe-se que, ainda hoje, embora não tão palpável como outrora, persistem, em alguns momentos, resquícios do assistencialismo, correção e repressão a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que continuam sujeitos a serviços complementares, através de políticas compensatórias. Os CEBEMS (Centros de Educação e Atendimento ao Menor) foram substituídos pela Educação Complementar. A família empobrecida não tem o direito de escolher o tipo de programa que quer oferecer ao seu filho.

É importante que a sociedade civil retome o seu poder de mobilização para garantir a transformação do cidadão em sujeito de seus direitos e deveres.

A discussão feita até aqui tem pertinência para os objetivos deste trabalho. Demonstrou-se como se deu a implantação da Abordagem de Rua e em que contexto de políticas de atendimento à criança e o adolescente emergiu o Projeto Abordagem de Rua para dar conta de uma necessidade social. Na

seqüência, apresenta-se o cotidiano do processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua.

#### **4. O PROCESSO DE TRABALHO DAS EDUCADORAS SOCIAIS DE RUA NO COTIDIANO DA ABORDAGEM DE RUA DE FLORIANÓPOLIS**

Nos capítulos anteriores foi apresentada a política de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, pelos diferentes atores sociais. O presente tema é desenvolvido segundo a categoria “processo de trabalho”, a qual possui sub-categorias, que Marx (1987) chama de elementos constituintes do processo de trabalho. Esta busca compreende três momentos:

- o referencial teórico;
- o estudo de caso;
- e a correlação do resultado dos dados da análise e o quadro teórico.

Mas, afinal, o que é processo de trabalho e quais os elementos que a compõem:

“Processo de trabalho é uma atividade de transformação de determinado objeto por meio da atividade humana, através de instrumentos determinados. Ocorre quando um objeto é transformado em valor de uso, ou seja, o trabalho converte-se em utilidade para alguém. Tal transformação requer, além da atividade humana, instrumentos aperfeiçoados” (Simionatto, 1998, p.11).

Para Marx (1985), os elementos que compõem o processo de trabalho são os seguintes:

- o trabalho: para que se produza qualquer valor de uso, é necessária a atividade humana adequada a um determinado fim;
- o objeto: é um outro elemento constitutivo de qualquer processo de trabalho, é o elemento sobre qual se trabalha;
- o instrumento: para transformar o objeto trabalhado, faz-se necessário contar com instrumentais adequados. O instrumental de trabalho inclui a técnica, a teoria e a metodologia apropriada. Esses são mediações entre o homem e o objeto trabalhado.



- o resultado: dessa mediação entre o homem e o objeto trabalhado pelos instrumentais surge o resultado, que “corresponde ao valor de uso do trabalho. Todo o produto de um trabalho corresponde a uma necessidade humana, tendo, portanto, finalidades, objetivos e metas” (Simionatto, 1998, p.12).

Contudo, tais elementos do processo de trabalho envolvem mais o setor produtivo. Estudos vêm se aprofundando em outras atividades laborativas, em especial no setor de serviços, que gera valor de uso, apesar de não produzir diretamente mais valia.

Entende-se “por mais valia a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo. Resulta do fato de a força de trabalho produzir mais produtos do que recebe como salário” (Glossário).

Enfrentar o processo de trabalho como discussões da prática profissional no Projeto Abordagem de Rua, é percorrer um campo complexo, de variados desafios que as situações empíricas nos apresentam.

Para percorrer esse caminho faz-se necessário compreender a especificidade do método das ciências sociais que define a metodologia como sendo “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”. Portanto, “a metodologia ocupa lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo vinculada na teoria”. Em face da dialética, é o próprio processo de desenvolvimento das coisas. Lênin (1965, p.148) nos ensina que o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo, porque lhe faz a relação entre o pensamento e a existência, e vice-versa.

Desta forma trabalha-se a metodologia, incluindo concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que permite a apreensão da realidade, e o potencial criativo da pesquisadora.

#### **4.1- Pressuposto do Estudo**

Neste estudo foram utilizados, como fundamentação teórico-metodológica, alguns pressupostos de estudo de caso porque, segundo Yin apud Kosmann (1999, p. 23), “é a forma de pesquisa mais apropriada quando se deseja estudar situações complexas. Para Trivinos (1992), os “estudos de casos” têm por objetivo descrever uma determinada realidade de forma mais profunda”.

O “estudo de caso” permite observar o contexto específico vivenciado pelas Educadoras Sociais de Rua na Abordagem de Rua, em Florianópolis. O estudo de caso, enquanto tipo de pesquisa, tem por objetivo retratar intensamente uma dada unidade social, uma empresa, um grupo de pessoas que estão envolvidos numa mesma atividade, entre outros. O estudo de caso é utilizado quando o foco de interesse incide sobre fenômenos atuais, analisados dentro de algum contexto de vida real (Trivinões, 1992, Bonazina, 1999, Kosmann, 1999).

A abordagem qualitativa possibilita compreender a realidade pesquisada, ou seja, estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos em suas relações sociais. “Nessa perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, sendo analisado dentro de uma perspectiva integrada” (Godoy apud Kosmann, 1999, p.24). “Essa abordagem possibilita a relação entre sujeito e pesquisador, na construção do conhecimento, na dinâmica do mundo real objetivo e subjetivo” (Chizzotti apud Kosmann, 1999, p.24).

Discutir o processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua no Projeto Abordagem de Rua, da Prefeitura de Florianópolis, opção deste estudo, tem seu início no período de outubro de 1998 a dezembro de 1999, quando se realizou o estágio curricular obrigatório, bem como a possibilidade de pensar, junto às profissionais, o seu processo de trabalho. A justificativa pela escolha do tema ocorreu pelo interesse de aprofundar o conteúdo administrado no Processo de Trabalho no Serviço Social III e IV, e na percepção de que o mesmo Processo de Trabalho é utilizado por diferentes profissionais (Serviço Social e Ciências Sociais), objetivando o exercício da cidadania para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

#### **4.1.1- A Trajetória do Estudo**

As informações obtidas foram levantadas pelas consultas a documentos organizacionais, observação com envolvimento da pesquisadora/estagiária no Projeto Abordagem de Rua e também, visando aprofundar os estudos, utilizou-se

do questionário com perguntas semi-estruturadas, que foi preenchido pelas Educadoras Sociais de Rua que atuam no projeto.

O questionário utilizado abrange o cotidiano e o processo dos resultados presentes no processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua.

Esse roteiro tem sua base no roteiro construído inicialmente por Bonazina (1999) – Dissertação de Mestrado, posteriormente adaptado e desenvolvido para estudos na disciplina de Processo de Trabalho II.

Os questionários foram preenchidos e entregues às Educadoras Sociais de Rua, dentro da disponibilidade da profissional, fora do horário de trabalho.

Percebeu-se, por parte dos sujeitos, interesse sobre o tema trabalhado, o que possibilitou uma boa interação entre as profissionais e a pesquisadora/estagiária.

As Educadoras Sociais de Rua responderam os três questionários, que posteriormente foram compilados e analisados, conforme o foco em estudo. Os sujeitos da pesquisa estão identificados com pseudônimos relacionados a temas da natureza, para manter o anonimato. Foram denominados de Violeta, Hortência e Rosa.

O desenvolvimento deste trabalho é resultado do estágio supervisionado, desde outubro de 1998, e intensificado no período compreendido entre fevereiro de 1999 a dezembro de 1999; e ainda, das reflexões e aprofundamento do Curso de Serviço Social. Tudo isso possibilitou uma maior aproximação com a realidade refletida no que se refere à coleta de dados, por meio do questionário. Primeiramente realizou-se a transcrição de cada resposta à questão correspondente. Após esta etapa, analisou-se o material transcrito, onde se pôde perceber as categorias escolhidas e evidenciadas na maioria das manifestações, comentários e conceitos sobre as questões do processo de trabalho. O passo seguinte foi o agrupamento das manifestações correlacionadas com as perspectivas teóricas.

Por fim, partiu-se para a estruturação da redação, agrupando as unidades com as respectivas categorias. A redação está dividida em itens, de acordo com as categorias estabelecidas, como se pode constatar no decorrer do capítulo.

#### 4.1.2- Análise Institucional

Analisar e compreender a dinâmica de funcionamento do Projeto Abordagem de Rua na Instituição, constituiu-se em pressuposto básico para a elaboração deste item. Portanto, “a Instituição é um instrumento mediante o qual se materializam e transformam em ações específicas as decisões políticas, econômicas e sociais do Estado que fazem referência à forma e o modo, de oferecer uma resposta, desigual e contraditória, aos interesses de acumulação do capital e às demandas de solução das necessidades sociais” (Celats apud Kosmann, 1999, p.27).

Para se pensar o processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua no Projeto Abordagem de Rua, embora tendo feito o resgate histórico, é necessário identificar a Instituição e suas políticas de atuação.

O Projeto Abordagem de Rua está articulado pelo Programa de Proteção Especial a Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social, vinculado à Divisão da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Atualmente funciona numa sala anexa à Casa da Liberdade, no centro de Florianópolis.

Sua estrutura organizacional está composta pela Coordenadora do Programa de Divisão da Criança e do Adolescente, pela Coordenadora do Projeto Abordagem de Rua, por duas Educadoras Sociais e uma estagiária e um motorista.

O projeto tem como objetivo geral e específico o seguinte:

- Oportunizar o estabelecimento e o resgate de vínculos das crianças e adolescentes que circulam pelas ruas, com segmentos organizados da Comunidade (escola, programas sociais, familiares, posto de saúde, centro esportivo e outros), evitando a sua exposição aos riscos que a rua oferece.
- Resgatar a cidadania de crianças e adolescentes e suas famílias, que fizeram das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência e até mesmo da moradia, garantindo acesso aos serviços que lhes são de direito.
- Procurar alternativas econômicas para que as famílias possam garantir o sustento de seus membros;

- Oportunizar a participação no processo de organização de atividades culturais, esportivas e de lazer que serão desenvolvidas pelo projeto;
- Propiciar o acesso e a permanência da criança e do adolescente a escolarização;
- Identificar, encaminhar e acompanhar crianças e adolescentes que forem detectados em situação de violência física, e/ou sexual, exploração, negligência, de acordo com o artigo 5º do ECA;
- Estabelecer trabalho de articulação com projetos e programas afins, visando parceria no atendimento;
- Informar acerca de serviços e programas existentes no município, bem como proceder encaminhamento, quando houver necessidade;
- Informar a criança e o adolescente sobre seus direitos e deveres, enquanto cidadãos.

Em Florianópolis, a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente iniciou na década de 90, com a formação de uma comissão mista: entidades da sociedade civil e representantes do poder público municipal. Esta comissão visava à elaboração do ante projeto de lei que dispõe sobre as políticas de atendimento do município.

... em julho de 1992, é aprovada e publicada a lei municipal 3.794/92, que dispõe a política de atendimento às crianças e adolescentes no município de Florianópolis. Nesta lei, inclui-se uma rede de órgãos e instrumentos para a efetivação desta política, tais como Fórum Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar e Fundo Municipal da Criança e Adolescente (Schlichting, 1997, p.61).

Percebe-se que o Projeto Abordagem de Rua tem seus objetivos pautados nos direitos adquiridos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Articula-se a uma rede de órgãos e instrumentos que viabilizam o atendimento a criança e adolescente em situação de risco pessoal e social.

Embora não dando conta de satisfazer as necessidades básicas apresentadas pela demanda, devido à sua caracterização e perfil, constituiu-se

num espaço de encaminhamento às diferentes áreas complementares: educação, saúde, judiciário, programas sócio educativos etc...

Portanto, é importante apresentar o perfil desta população que, segundo o levantamento de dados realizado pela equipe do Projeto Abordagem de Rua, em 1996, sob a forma de entrevista e posteriormente sob a forma de aplicação de um questionário individual, revelou-se marginalizada pelo sistema administrativo. A computação dos mesmos dados dividiu tal população em três faixas etárias: o primeiro grupo entre 0 e 6 anos (19%); o segundo grupo, de 7 a 12 anos (54%); e o terceiro grupo, de 12 a 18 anos (27%).

O maior número de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social possuem, como domicílio, a capital do Estado (66%), seguido pelo município de São José, que soma (18%) do total e (16%) distribuídos nas demais cidades que compõem a grande Florianópolis. Dos 66% de crianças e adolescentes que moram no município de Florianópolis, a concentração maior está na comunidade Mont Cristo (46%), seguido de Vila Aparecida, com 16%.

As atividades exercidas pelos meninos e meninas em situação de risco pessoal e social são: engraxate, venda de produtos (balas, amendoins, doces etc.), distribuição de panfletos. É comum a utilização de crianças e adolescentes por parte dos pais e/ou responsáveis na garantia do sustento familiar, que varia desde o "esmolar" até serviços, como biscates. É significativo o número de pedintes (51%) e que indica que a prática da mendicância resulta em lucros bem maiores do que qualquer outra atividade desenvolvida na rua.

É contado que 47% das crianças e adolescentes com idade escolar que se encontram em situação de/na rua, não estão e/ou nunca freqüentam a escola, por falta de motivação ou por exigência dos pais e/ou responsável em contribuir no sustento da família.

A presença de meninos de/na rua (66%) é superior ao número de meninas (34%).

O que determina a situação dos usuários é o sistema de discriminação e exclusão, fazendo com que busquem nas ruas a liberdade e os meios de subsistência de que necessitam. Outro fator que deve ser considerado é a dificuldade enfrentada pelos pais de matricular e manter os filhos na escola, pois a situação de miséria, desemprego, exploração em que vivem, faz que se priorize



a geração de renda, em detrimento à escolarização, levando desta forma os filhos para as ruas, seja para pedir dinheiro, executar pequenos trabalhos e até mesmo pequenas infrações.

Frente a essa realidade, é bom ressaltar que nem sempre é o usuário que vem em busca de algum tipo de solicitação, benefício ou orientação. Mas são as Educadoras Sociais de Rua que, na maioria das vezes, vão ao seu encontro oferecendo os serviços, como forma de viabilizar acesso a uma vida digna, garantir os direitos e desenvolver o exercício da busca de cidadania.

Mas afinal, quem são as Educadoras Sociais de Rua do Projeto Abordagem de Rua?

Com o intuito de resgatar um pouco de suas histórias de vida, apropriei-me de dados pessoais das profissionais, para que me auxilie na compreensão do seu atual processo de trabalho.

Trabalham no Projeto Abordagem de Rua, articulado ao Programa de Proteção Especial a Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social, da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis; são todas do sexo feminino.

São brasileiras, duas são casadas e uma solteira e têm uma faixa etária que vai dos 28 aos 40 anos de idade. Formaram-se em Serviço Social e Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina.

É importante salientar que uma tem Pós-Graduação em Educação Sexual, pela Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina – UDESC.

As experiências de trabalho anteriores ao Projeto Abordagem de Rua são bem diferenciadas. Violeta não teve experiência anterior a este trabalho, Hortência foi bancária e Rosa trabalhou como professora.

As profissionais são contratadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, sob o Regime Único de Trabalho, ou seja, são Estatutárias. Exercem uma carga horária semanal de 30 horas. Hortência trabalha há 16 anos, em diferentes programas da área social.

Violeta e Rosa possuem experiência de 06 anos, entre outros trabalhos, no projeto Abordagem de Rua.

Este relato desenvolve-se a partir de muitas interrogações teóricas que, como estagiária, juntamente com a educadora social de rua, no período do



estágio supervisionado, foi sendo adquirido ao longo da atuação com os Meninos e Meninas de/na Rua de Florianópolis, perguntas para as quais nem sempre obtinha-se respostas.

Para melhor entendimento da prática e de questões, que muitas vezes fogem ao instrumental disponível, faz-se necessário contextualizar, dizendo onde, quando, como e com quem se deu a atuação.

O trabalho realizado, enquanto estagiária, deu-se no Projeto Abordagem de Rua, nas ruas de Florianópolis, no período que compreende outubro/98 a dezembro de 1999, e tinha como objetivo identificar, sistematizar, e concretizar a prática com a teoria. O período de abordagem dava-se à noite, onde saímos para rua, a Educadora Social de Rua, e, em dias alternados, uma ou duas estagiárias.

Os principais contatos com Meninos e Meninas têm início em outubro, nos principais locais da cidade: Praça 15 de Novembro, Praça da Alfândega, Avenida Beira Mar Norte, e nos principais Semáforos entre outras ruas da cidade.

Os meninos, na sua maioria entre 07 e 16 anos, atuam como engraxates, vendedores ambulantes, pedintes, entre outros. Muitos deles possuem vínculo familiar, voltando para a casa à noite.

As meninas, nas mesmas faixas etárias, ou pedem ou são vendedoras ambulantes, com iniciação na prostituição.

Desta forma o relato que ora se inicia originou-se de uma relação continuada (1998 a 1999); concretizava-se pela presença nas ruas e praças de Florianópolis, além das abordagens grupais ou individuais com cada criança e adolescente, cujas questões foram forjadas na convivência, partindo de sua realidade.

A abordagem é o eixo norteador dessa reflexão, embora contenha elementos de observação e depoimentos expressos pela criança e pelo adolescente, tirados do diário de campo.

Às vezes havia uma relação de poder e ou dominação, mas buscava-se uma postura de valorizar a situação concreta de cada criança e adolescente, rompendo com a postura autoritária.

A percepção materializa-se em torno da categoria como família, instituições, trabalho, saúde e doença, educação, violência.

Inicia-se a descrição pelas representações em torno da família. As expressões utilizadas são variadas. Muitos dizem gostar da família, que é bom ter uma família, voltar à noite para casa é significativo para eles. Outras expressam que é bom voltar para a casa quando não há brigas, mas que existem coisas ruins porque precisam trabalhar para ajudar a pagar a conta de água, luz, e levar comida para a casa. Às vezes não podem voltar para casa porque não conseguiram uma quantia estipulada pelos pais ou responsáveis. Há outros que voltam para casa, mas sentem-se abandonados porque o padrasto surra por qualquer coisa e a mãe não dá muita importância. Para outras crianças o espaço familiar são os amigos que encontram na rua, sentem-se distante de qualquer laço familiar, preferindo ficar na rua. Outros possuem horário para voltar para casa, quando não a própria mãe ou responsável está por perto, vigiando ou controlando a venda dos doces. Estas e outras situações familiares se repetem, tornando cada vez mais difíceis os momentos alegres, sendo que cada noite voltam mais tarde, outras não voltam, até a permanência temporária ou permanente nas ruas. Apesar dessa situação poucas são as crianças e adolescentes que dizem não ter vontade de voltar para casa; muitas apontam como condicionante para voltar ao emprego, o desejo de estudar e a vontade de largar as drogas.

Embora expressem a existência de violência na família, esta atitude de violência é mais sentida como polícia, SOS Criança, e pela própria postura de abordagem, lojas e ruas por onde perambulam. Relatam a discriminação de serem expulsos dos supermercados e restaurantes, por estarem mal vestidos. Sentem-se agredidos pelo olhar de menosprezo das pessoas que ocupam o mesmo espaço nas ruas. Com relação aos policiais, as denúncias são inúmeras. Outros ainda têm a ver com os programas, como Casa de Passagem, Casa da Cidadania, Programas de Educação Alternativa. Entre as próprias crianças efetuam-se tapas, cascudos, tratamento por ladrão etc... Condenam a violência sofrida por não ter espaço para cuidar de carro nos estacionamentos próximos à Beira Mar Norte, e o fato de os seguranças do Shopping Beira Mar não permitir sua entrada.

A violência, que na maioria das vezes não toleram, é o das instituições assistenciais. Muitos chamavam atenção para a forma repressiva como alguns

educadores os tratavam. Também a escola, para muitos deles, é um espaço de violência. Contam que os professores xingam, deixam de castigo, gritam e mandam bilhetes para os pais.

Um exemplo típico de violência foi vivenciado por L., quando nos contava que alguém havia colocado fogo no cobertor, enquanto ele dormia. “Minha sorte foi o meu amigo índio ter visto e apagado o fogo”.

Outra questão presente no cotidiano de todos eles é a droga.

É comum encontrar crianças e adolescentes sob efeito das drogas ou fazendo uso delas. Para muitas dessas crianças e adolescentes a droga dá a sensação de poder, de viajar, abre a possibilidade de sonhar. Outros admitem que roubam ou pedem dinheiro para comprar a droga no “morro”. Citam às vezes que existem gangues que se matam por causa das drogas. Existem crianças e adolescentes que não fazem uso da droga, mas já a experimentaram.

Há os que pedem para ser encaminhados para o Centro de Recuperação.

A droga está diretamente relacionada ao aspecto saúde, pois traz efeitos inquestionáveis ao seu desenvolvimento físico e intelectual.

Os problemas de saúde mais apresentados, entre outros, são: AIDS, dor de cabeça, dor de barriga; alguns pedem para ser levados ao hospital.

O salário-trabalho é um tema importante, pois a maior parte das crianças e adolescentes estão nas ruas, lutando pela sobrevivência do grupo familiar ou individual. É um fato que decorre do desemprego, subemprego do pai ou da mãe ou das pessoas que integram o grupo de convivência. A ajuda aparece como contribuição espontânea, tendo em vista sua contribuição no orçamento doméstico, ou como exigência por parte dos pais ou responsáveis.

Relata-se a história do menino M.

Por volta de 17:30 h descia o Morro da Mariquinha, com um caixa de cocadas que pesava em média 4 quilos. Ao passar pelo posto policial da alfândega se sentiu mal. Ao se aproximar pediu que o levassem para o hospital. O menino foi levado; lá chegando foi logo atendido e medicado. Quando estava para sair do consultório perguntou: “Doutora, a senhora pode me dar um atestado de trabalho?”. “Para quê?” “É para a minha mãe, porque eu estou doente e não preciso sair tantos dias para a rua”.

Uns valorizam o trabalho, como forma de auxiliar no sustento da casa; outros, como é o exemplo deste menino, o trabalho é uma exigência, uma agressão por parte da mãe.

Diante dessa realidade, que revela alguns aspectos importantes na vida cotidiana da criança e do adolescente, perguntamo-nos: como as Educadoras Sociais de Rua podem se colocar diante dessa criança?

“Há uma identificação de interesse. É preciso ter cuidado para não invadir o seu mundo ao ser abordado. Não ultrapassar o espaço vital do menino, que é real, sem que o menino queira, sem que ele permita. Seria violentá-lo. É preciso esperar o momento mágico” (Freire, 1984, p.02).

Esta é uma nova postura a ser assumida pela Educadora Social de Rua, porque os valores por ela vividos devem ser quebrados, gerando uma nova postura de educar. A partir desse momento, a educadora inicia um processo de elaboração, criação constante de sua vida, de sua prática, vendo e revendo, fazendo e refazendo princípios de educar.

É necessário “ouvir” a criança e o adolescente em seus sentimentos, seu olhar, gestos, seu semblante, suas emoções.

Para acolher a criança e o adolescente em “sua totalidade, o educador precisa estar livre de preconceitos e tabus impostos pelas sociedade” (Freire, 1984, p.3).

Para Freire (1984),

a presença do Educador Social de Rua não foi inventada para ser mais uma equipe, ela aparece em razão da necessidade constatada no cotidiano, frente ao reconhecimento da ineficiência institucional opressora e isolada, na busca de um atendimento a esse contingente espoliado que são os meninos de rua, filhos dos expropriados dos meios de produção. A presença do Educador Social de Rua deverá ser de uma pessoa amiga que se solidariza e se compromete com as crianças a estar com elas na rua, propondo-se a retomada de sua humanização, resgatando sua força organizacional enquanto categorias marginalizadas” (Freire, 1984, p.4).

A luta do educador é caminhar com a criança e o adolescente no sentido de ajudá-lo a tornar-se efetivo na transformação da sociedade, pela convivência participativa e questionadora.

O Educador deve estar constantemente revisando seus conceitos, valores e ideologias, para facilitar o processo do educando na dimensão de conscientização e libertação.

Portanto, requer habilidade e um perfil bem definido, como bem apresenta Freire (1984).

O Educador Social é perceptivo e sensível às causas das situações geradoras. É aquele que respeita, não reprime. Aquele que tem senso de ajuda mútua e estimula a troca de experiências, reconhecendo e descobrindo novos valores e mais significados. Também aquele que está aberto e que é gratuito no seu amor. É flexível, capaz de reavaliar suas concepções e limitações e, com a criança e o adolescente, descobrir, na convivência do conflito, novas perspectivas de vida (...). O educador de rua mantém uma relação de troca no processo educativo.

Entende-se que a Educadora Social de Rua é “aquela que sabe ouvir seus sentimentos, seu olhar, gestos, seu semblante, sua emoção”, que em sua ação profissional estabelece uma relação de habilidades e de limites frente a cada situação apresentada.

Para ilustrar, a dinâmica e a singularidade da prática da Educadora Social de Rua relata-se parte de um dia de atividade de Abordagem na Rua:

Percorro o Centro de Florianópolis, não encontrando crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Dirijo-me ao Shopping Beira-Mar Norte. Lá encontro os meninos R, L, L, todos meus conhecidos. Peguei os dados de identificação, para uma posterior notificação junto ao Conselho Tutelar. Dali dirijo-me ao supermercado Comper, da Trindade, encontro G.R. Começo a conversar, quando um senhor se aproxima e expulsa severamente os meninos. Em seguida passa a me relatar o seguinte. “Esses meninos vivem durante o dia nas imediações do Comper; à noite dormem ao lado da Igreja Matriz da Trindade. Esses meninos praticam pequenos furtos, são dependentes químicos e agridem os clientes. A mãe de R. durante o dia vem sentar-se no banco da praça, esperando o dinheiro que conseguiu arrecadar”. Após essa conversa voltei para casa, pensando no problema da droga. É que todos os meninos abordados vivem com essa triste realidade. Lembrei-me do levantamento feito por essa equipe de abordagem, onde se constata uma média de



30 crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Florianópolis, com problemas sérios de drogas (Nota de Campo).

O relato acima demonstra, parcialmente locais e contextos e a diversidade e contradições que emergem na Abordagem de Rua.

#### **4.2 – O Cotidiano do Processo de Trabalho das Educadoras Sociais de Rua: uma discussão teórico/prática**

No presente item se faz a discussão do processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua no Projeto Abordagem de Rua, resgatando-se alguns elementos fundamentais do processo de trabalho, como: o início das atividades do dia, o cotidiano, ações que desenvolvem, as pessoas que mantém contato, os instrumentos utilizados, as habilidades requeridas, os objetos de sua ação profissional, a avaliação utilizada, os resultados e as considerações finais.

##### **4.2.1- Preparação para o Trabalho**

Os momentos que antecedem a chegada ao local de trabalho são marcados por particularidades, levando em consideração a maneira de ser de cada profissional. Essas singularidades trazem a marca também do período trabalhado, uma vez que a Abordagem é feita em dois momentos distintos.

Uma das Educadoras Sociais de Rua tem todo o sentimento e pensamento voltado para a atividade, com uma certa ansiedade, pois não sabe o que vai encontrar, possui a consciência de que realiza um trabalho profissional.

A partir do momento que inicia o deslocamento para o trabalho o pensamento se volta para as questões do próprio trabalho, como: organização das atividades, contatos a serem realizados, relatórios a serem elaborados, com a finalidade de planejar as atividades, a fim de aproveitar o tempo da melhor maneira possível.

Já nesse momento, apesar de ainda não estar no “horário de trabalho”, todo o pensamento e sentimento já estão voltados para ele; existe uma ansiedade com relação ao “que acontecerá neste dia”. O trabalho que desenvolvemos não é rotineiro, não podemos dizer que

o que aconteceu hoje se repetirá amanhã e assim por diante... Daí vem a apreensão, ao começar um novo dia, sem saber o que ele nos reserva. Nesse momento também existe a preocupação com as atividades realizadas no dia anterior, com relação aos encaminhamentos dados, os resultados obtidos etc..." (Violeta).

Esta profissional está sempre de bom humor, se prepara e encara o novo dia; mesmo ficando preocupada, não deixa as coisas simplesmente acontecer, vai à luta. Busca estar bem inteirada das coisas que aconteceram no dia anterior, para os possíveis encaminhamentos. Percebe-se uma satisfação em realizar o trabalho.

Também para Hortência as atividades acontecem pela revisão mental e o planejamento pré-elaborado e discutido. As possibilidades na resolução das pendências do dia anterior e os encaminhamentos necessários das situações novas ou reincidentes são assumidas sem maiores complicações.

Já Rosa não demonstra nenhuma preparação prévia para o trabalho. Ela se desloca sem pensar na Abordagem e sabe separar o profissional do pessoal. Simplesmente quer estar totalmente presente no período em que exerce sua ação, embora admita ser importante a preparação antecedente para mais um dia de trabalho.

#### **4.2.2- O Trabalho**

Discutir as ações profissionais constituiu-se num elemento importante para o entendimento do processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua. Considera-se relevante evidenciar as atividades ou ações profissionais, desenvolvidas no Projeto Abordagem de Rua. Segundo Iamamoto (1998) constitui-se no próprio trabalho, ou seja, num dos elementos do processo de trabalho.

É importante destacar que, embora a autora citada direcione sua reflexão teórica aos profissionais de serviço social, constato o uso dos mesmos instrumentais utilizados por profissional de uma outra área. Bem como o interesse por formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais na atuação



com relação a população usuária, demonstrando que o processo de trabalho não é uso exclusivo dos profissionais serviço social.

Para lamamoto (1998, p.10), o Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas, hoje além de um trabalhador na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais.

É fundamental relatar que as Educadoras Sociais de Rua, enquanto equipe interdisciplinar, têm competência para propor, para defender o seu campo de trabalho e de buscar soluções para os problemas sociais que se apresentam no movimento da realidade, com capacidade de detectar tendências e possibilidades nela presentes.

Existem diversas dificuldades que prejudicam a realização do trabalho, que vão desde a falta de um carro para o Projeto, falta de computador, como a falta de programas para encaminhar crianças e adolescentes de outros municípios e a insuficiência destes na nossa cidade. A carência de políticas públicas que venham de encontro às necessidades da população também não pode ser esquecida. A falta de emprego, a questão habitacional, migratória, desqualificação profissional, são fatores de suma importância que vêm agravar a situação nas grandes cidades e capitais.

As dificuldades, infelizmente, nem sempre podem ser superadas. Questões administrativas, como carro, computador..., são solicitados exaustivamente a quem compete. As questões conjunturais são, na maioria das vezes, "resolvidas" pelas ações paliativas, como fornecimento de medicação, cestas básicas etc..., mas não desistimos de encaminhar projetos e de propor políticas efetivas" (Violeta).

O profissional deve ter competência para propor e negociar junto à instituição seus projetos, a fim de defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. "Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem impulsionadas pelo profissional" (lamamoto, 1998, p.10).

A questão conjuntural, apresentada pela Educadora Social, não condiciona as perspectivas do profissional, mas impõe limites e possibilidades.

É nessa visão que lamamoto (1998, p. 10-1) reflete a questão para as profissionais do serviço social, dizendo: a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais, todavia impõe limites e possibilidades para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadora, inventiva, resultante da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. Esta compreensão é muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico do serviço social.

É importante não esquecer a condição de trabalhador livre que é inerente aos profissionais liberais, neste caso às assistentes sociais e à socióloga, que, de acordo com lamamoto (1998), detêm a sua força de trabalho, mas necessitam vendê-la a organismos empregadores, tendo em vista não possuírem os meios e as condições de trabalho.

lamamoto (1998, p.97) afirma que "... ao vender a sua forma de trabalho em troca do salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida".

lamamoto (1998), ao explicitar as ações profissionais, as define como trabalho vivo, que é a força de trabalho, mercadoria que tem um valor, e se transforma em valor de troca ou salário. Gentilli (1997) discute a relação do processo de trabalho do serviço social, que gera valores de uso, sem, contudo, produzir diretamente mais-valia. Partindo desse pressuposto, vejamos as atividades desenvolvidas pelas Educadoras Sociais de Rua, ambas de área de atuação diferentes. Pode-se observar que suas ações profissionais são praticamente as mesmas, não existem muitas diferenciações. A única diferença é a formação acadêmica e a venda de suas forças de trabalho a uma instituição pública.

Nesse sentido, pode-se pontuar as atividades desenvolvidas pelas Educadoras Sociais de Rua, que são: auxílio-alimentação, vale-transporte, consulta médica, documentação, material escolar, matrícula em escola, matrícula em programas sócio-educativos, exploração do trabalho infantil pelos pais ou

responsáveis, violência física, negligência familiar, violência policial, carência econômica da família, atendimento individual e grupal, entrevistas, contatos telefônicos, ou contatos com outros profissionais, cursos de formação, etc...

Em relação às dificuldades encontradas na realização dessas atividades, a mais relatada pelas Educadoras Sociais de Rua é a falta de recursos, visto que a concessão de benefícios é bem restrita. Mas, apesar das dificuldades, as profissionais buscam articular-se com os recursos disponibilizados nas instituições públicas, bem como nas instituições privadas.

É no espaço institucional que as profissionais se confrontam com os interesses, conhecimentos e recursos, efetivando as ações profissionais.

Também constata-se que as profissionais possuem como parâmetro o Código de Ética de cada Área Profissional. A ação é permeada pela autonomia e liberdade relativa, possibilitando um confronto e uma transformação a cada nova realidade que surge.

Além de seu espaço institucional, as profissionais, no seu processo de trabalho cotidiano, interagem com várias pessoas, dentro e fora do espaço em que atuam. São os próprios colegas, estagiários, meninos e meninas na/da rua, Divisão da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares da Ilha, Continente, São José, SOS Criança, Juizado da Criança e do Adolescente, enfim um gama de instituições públicas e privadas.

No que se refere aos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atividades, todas citam o conhecimento de teorias, instrumentais e métodos, e vão além. Ao citar a importância de aperfeiçoamento e abertura a novos conhecimentos, que vão além da perspectiva sociológica, tentam compreender o contexto em que a criança e o adolescente em situação de risco pessoal e social estão inseridos.

Dentro do Projeto, predomina a consciência dos direitos adquiridos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a crença na potencialidade, e transformação do ser humano com sujeito de sua própria história.

É nítida também a percepção de uma ação paliativa que contribui, em parte, para o exercício da cidadania, pois se encontra dentro de um contexto mais complexo de medidas, a serem tomadas pelo Governo, nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Segundo Costa (1990) a categoria cidadania, na evolução histórica do Ocidente, conheceu três grandes fases:

- a primeira, no século XVIII, decorre das revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) e compreende a conquista dos Direitos Civis (igualdade formal perante a lei);

- a segunda, no século XIX, corresponde à conquista dos direitos políticos, ou seja, da aptidão para decidir politicamente: votar e se votado, organizar-se, manifestar-se etc...

- a terceira, já no final do século XIX, desdobrando-se pelo século XX adentro, caracteriza-se pela conquista dos direitos sociais, que significam o reconhecimento, por parte do Estado, de seus deveres e obrigações para com a seguridade e o bem-estar dos cidadãos.

Portanto, "o conceito moderno de cidadania tem como conteúdo básico os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais" (Costa, 1990, p.70).

No que diz respeito à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, detém-se um pouco mais na questão dos direitos sociais. Neste aspecto, é importante salientar que os direitos sociais significam que a cidadania está intimamente ligada entre o indivíduo e o Estado. Daí decorrem os compromissos e responsabilidades do Estado em relação a aspectos como trabalho, educação, saúde moradia, transporte, abastecimento etc...

Costa (1990) define política social como sendo "o conjunto de leis, institucionais, políticas e programas criados pelo poder público e voltados para a distribuição de bens e serviços, destinados a promover e garantir os direitos sociais dos cidadãos, e constitui a vertente social do Estado" (1990, p.72).

Referente à Política Social, distingue duas instâncias básicas de ação estatal:

- a primeira se expressa pelas chamadas políticas sociais básicas ou de primeira linha: trabalho, educação, saúde, habitação, abastecimento, transporte, meio ambiente, lazer, e outros. Representam ações que configuram a qualidade de vida de um povo; portanto, merecem e devem ser ampliados ao conjunto da população;
- a segunda se materializa nos programas e ações de assistência social. Sua atuação fundamenta-se na constatação da existência de

igualdades intoleráveis, incapazes de ser eliminadas pela atuação espontânea dos mecanismos sociais básicos (...). A assistência traz a questão da pobreza para o âmbito das políticas públicas, fazendo surgir, por esta via, o aparelho assistencial do Estado. A política de assistência dirige-se, assim, a um âmbito bem mais restrito, não estando, desta forma, voltada para o conjunto da cidadania.

Os destinatários da ação assistencial do Estado são as pessoas, famílias e coletividade excluídas das políticas sociais.

Quando não são atendidos em suas necessidades básicas, esses individuais ficam expostos à morte, à doença, à degradação pessoal e social, são incluídos no universo das chamadas situação de risco.

Costa (1990) chama atenção para não traçar perfis ou rótulos aos destinatários que usam os programas da política da assistência social, mas busca a identificação dos contextos em que se configura aquilo que tem procurado caracterizar como situação de risco.

As crianças e adolescentes que hoje vivem nas ruas de nossas cidades não são fruto do acaso. As condições existenciais, que propiciam a extrema degradação pessoal e social de tantas vidas, decorrem, direta ou indiretamente, do modelo econômico, político e social vigente no Brasil.

Até o presente discorreremos sobre a ação das Educadoras Sociais de Rua. Qual seria o objeto de sua ação profissional?

#### **4.2.3-O Objeto**

Partiu-se do pressuposto de que o objeto sobre o qual recai a atenção das Educadoras Sociais de Rua, são situações de intervenção apresentadas. Nesse sentido pode-se afirmar, segundo Kosmann (1999, p. 42),

Que o processo de construção do objeto é determinado por conhecimentos teóricos, pelo método, partindo-se da perspectiva da relação do conhecimento teórico, partindo-se da perspectiva da relação do conhecimento e das transformações do objeto, pela intenção, ou seja, a maneira com o que o objeto é apreendido e pela realidade concreta.

Nesse sentido, uma profissional comenta quais são os objetivos de sua ação:

No meu entendimento o objeto da ação profissional é a própria "situação de rua", em que se encontram crianças e adolescentes. É a partir dela que partirá a ação do profissional, na busca da garantia de direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A família, escola, sistema de saúde, lazer, são direitos assegurados em lei, mas que estão distantes da realidade dos nossos jovens. O nosso trabalho tem por objetivo resgatar pouco a pouco cada um desses direitos (Violeta).

Uma outra expressa assim: "o objeto da ação profissional consiste na situação de risco em que se encontra, ou seja, a violação de direitos" (Hortência).

E, por fim, uma última qualifica o objeto "como sendo as situações apresentadas no cotidiano do trabalho como demanda".

Para Yamamoto (1998, p.42), o objeto de trabalho é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente etc... Estas expressões da questão social são a matéria-prima ou objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio processo de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, sobre a qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.

Já Faleiros (1997) cita Lopes ao falar da diversidade de objetos e especificidade, quando evidencia a discussão do objeto como uma possibilidade teórica prática. Para ele existem duas possibilidades dicotômicas, na perspectiva de integração do social.

Pelo deslocamento da base positivista-funcionalista e pela aproximação com a tradição marxista, pela desmistificação da pretensa neutralidade da ação-profissional, com clarificação da possibilidade do estabelecimento de vínculo orgânico dos profissionais com os interesses e necessidades das classes



populares, enquanto setores majoritários dos usuários dos serviços prestados pelos assistentes sociais, e pela perspectiva de orientar-se por um objeto político, tendo como horizonte a transformação social (Faleiros apud Kosmann, p. 28).

Percebe-se que, para o presente autor, a perspectiva com que se olha a realidade é que determina o objeto.

Para Yamamoto (1998, p.6), “é na tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e de resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade, decifrar as novas mediações através das quais se expressa a questão social, que hoje é de fundamental importância para o serviço social em uma perspectiva dupla: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida”.

Para cada autor citado o objeto é visto de ângulos diferentes, mas aqui não se trata de aprofundar a reflexão, mas extrair da realidade o objeto de intervenção. Pode-se apontar de forma explícita, como situação de trabalho, a Criança e o Adolescente de/na rua em situação de risco pessoal e social, em busca de convívio social, de novas alternativas para a qualidade de vida, ou seja, a conquista de seus deveres e direitos no exercício de sua cidadania.

Os educadores sociais, dentro de seu contexto, têm realizado um trabalho que leva em conta o momento histórico, com percepção dos problemas estruturais e conjunturais. Mesmo estando fora do seu alcance profissional, possuem consciência das potencialidades e dos limites que as situações provocadas pela questão social apresentam.

Para trabalhar o objeto, os educadores sociais, assim como qualquer outro trabalhador, precisam se utilizar de instrumentos que levem a uma concretização de seu trabalho. Afinal, quais os instrumentos de trabalho que se utilizam?



#### 4.2.4- Os Instrumentos

Parte-se da palavra instrumental, que no grego significa: “conjunto de meios empregados para alcançar um objetivo”, enquanto para o latim a palavra instrumento significa “instruir, construir” (Menegasso apud Kosmann, 1999, p. 47). É por meio dos instrumentos que se obtém resultados. Portanto, o instrumental é utilizado por qualquer profissão, não sendo específico do serviço social.

No que se refere às técnicas, segundo Menegasso apud Kosmann (1999), “são um conjunto de procedimentos, recursos, meios para obter um resultado determinado e/ou impulsionar a ação”. Nesse sentido as técnicas são meios para operacionalizar a prática profissional. Precisa-se entender que:

As técnicas não podem ser isoladas do contexto global do processo de trabalho do profissional do serviço social. O processo de trabalho implica o instrumental técnico operativo; por decorrência, as técnicas devem ser analisadas como um dos aspectos desse contexto do processo de trabalho e não só dos elementos metodológicos (Menegasso apud Kosmann, 1999, p.48).

Já Simionato (1998, p.11) considera, como

“meios de trabalho ou instrumental de trabalho, aquilo que o trabalhador interpõe entre ele e o objeto sobre o qual trabalha para transformá-lo. No serviço social, geralmente compreende-se que os instrumentos de trabalho referem-se, apenas, ao chamado arsenal técnico, como: entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos etc... No entanto, o instrumental de trabalho inclui, além do arsenal técnico, as bases teórico-metodológicas que o profissional mobiliza para realizar o seu trabalho”.

Para Yamamoto (1998, p.43), “em outros termos, parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho que são fornecidos pelas entidades empregadoras”.

É importante compreender que cada instituição produza seus instrumentais que possibilitem o acompanhamento de programas em

execução/mensuração de resultados e relação de custo/benefício. Além do mais, cada profissional, em sua área específica ou interagindo com outros profissionais, define os seus instrumentais a serem utilizados.

Para tanto, as Educadoras Sociais de Rua do Projeto Abordagem de Rua, atendendo crianças em situação de risco pessoal ou social, indicam que os instrumentos utilizados no desenvolvimento de suas atividades são: abordagens<sup>1</sup>, diálogo, as entrevistas com crianças e adolescentes, pais ou responsáveis, reuniões entre a equipe, visitas domiciliares, guia de encaminhamento e livro de relatório. Além das bases teórico-metodológicas, a equipe de profissionais atua em duplas, interage integralmente entre os técnicos, possui conhecimento sobre o Código de Ética, Políticas Sociais, LOAS, Planos do Governo Municipal, Estadual e Federal, entre outros.

Sobre a questão uma delas afirma: “há necessidade de realizar as entrevistas, diretamente nos lugares onde as crianças e adolescentes se encontram, estabelecendo um vínculo de uma relação dialógica, seguido de visitas à família, escola e/ou programas de atendimento. Metodologicamente, a equipe de profissional atua em dupla; portanto, o desenvolvimento das atividades interage integralmente entre todos os técnicos” (Hortência).

Mas, uma outra relata: todas as atividades realizadas durante o período de trabalho são documentados em um livro de anotações diárias, onde cada profissional relata os acontecimentos no referido horário, facilitando o repasse de informações nos diferentes períodos. Além disso, todos os encaminhamentos realizados são feitos por escrito e protocolados (Violeta).

Nota-se a preocupação que as profissionais têm na utilização do instrumental, pois dá-se importância na definição de cada um deles para concretizar o que define a forma de seu trabalho. Mas não se pode esquecer que além do instrumental existe a habilidade, competência, aperfeiçoamento adquirido ao longo do processo de trabalho. As profissionais do Projeto Abordagem de Rua demonstram estar conscientes da necessidade de aperfeiçoamento.

---

<sup>1</sup> Abordagem de Rua é um instrumento, uma tática de aproximação dos educadores (Bulgarelle, 1987)

É importante ressaltar que o instrumental, enquanto categoria, permite a operacionalização da ação profissional, sendo eles técnicos e teóricos.

#### **4.2.5-Os Resultados**

É necessário compreender que a terminologia “resultado” do processo de trabalho, “visa atender necessidades sociais de reprodução humana” (Barbosa apud Kosmann, 1999, p.53).

O resultado no processo de trabalho abre possibilidade objetiva de responder a uma determinada carência, modificando, tendo sempre presente o objetivo, a finalidade da ação, e a sua concretização.

Portanto, o resultado do processo de trabalho do profissional de serviço social não depende do profissional, da sua intencionalidade e do seu desempenho. No resultado encontram-se os fins da instituição que gerencia, a organização dos processos de trabalho coletivo, e, dentro deste, estão os assistentes sociais (Kosmann apud Yamamoto, 1998).

Os resultados do processo de trabalho realizam-se pelos projetos e programas, que se manifestam a partir da demanda. Entende-se que o resultado do trabalho possui como base o exercício profissional.

Compreende-se que após prever e executar as atividades, cabe mensurar os resultados alcançados. A avaliação permite identificar resultados alcançados, identificar resultados “positivos e negativos”, servindo para redimensionar as atividades.

Neste sentido, faz-se necessário entender alguns conceitos. Segundo Arretche apud Nogueira (1998), a avaliação de políticas costuma distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência, o que pode separar aspectos distintos do objetivo, da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação.

A efetividade tem por objetivo examinar a relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados (sucesso ou fracasso), em termos de uma mudança efetiva nas condições sociais prévias de vida da população atingida pelo programa sob avaliação.

Nota-se que neste tipo de avaliação a maior dificuldade não consiste em distinguir produtos ou resultados, mas em demonstrar os resultados encontrados

aos produtos oferecidos pela política em análise. Neste sentido a autora chama atenção para o fato de que estudos confiáveis sobre efetividade do programa são muito difíceis e mesmo raros.

A eficácia tem por finalidade apreciar a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um determinado programa e seus resultados efetivos.

É a avaliação mais adotada pelos avaliadores por estabelecer, nesse caso, uma equação entre metas anunciadas por um programa, com base nas informações disponíveis e relacioná-las às metas alcançadas.

Eficiência: nesse caso se avalia a relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados.

Para a mesma autora, essa modalidade de avaliação é a mais necessária e urgente a ser desenvolvida.

... limites para a obtenção de recursos com base na criação de novas fontes de arrecadação, bem como um crescente estreitamento de suas fontes tradicionais, têm induzido a inovações no campo da racionalização da gestão do gasto público, vale dizer, no terreno específico da eficiência, medidas estas que demandam estudos de avaliação (Arretch apud Nogueira, 1998, p.57).

Já lamamoto afirma:

...os resultados ou produtos dos processos de trabalho em que participam os assistentes sociais situam-se tanto no campo da reprodução da força de trabalho, da obtenção das metas de produtividade e rentabilidade das empresas, da viabilização de direitos e da prestação de serviços públicos de interesse da coletividade, da educação sócio-política, afetando hábitos, modos de pensar, comportamentos, práticas dos indivíduos sociais em suas múltiplas relações e dimensões da vida cotidiana na produção e reprodução social, quanto em seus componentes de reiteração do instituído, como de criação e re-invenção da vida em sociedade (lamamoto, 1998, p.111-2).

No Projeto Abordagem de Rua, a avaliação dos resultados da ação ocorre cotidianamente e semanalmente, como apontam as profissionais. Esse momento de avaliação constitui-se num processo de reflexão, que implica em

questionamentos, discussões, surgimento de novas idéias e encaminhamentos realizados.

Todos os registros efetuados, sejam quantitativos ou qualitativos, são importantes para a obtenção dos resultados. O balancete é feito no final do ano por uma firma especializada.

Mas, no que se refere à avaliação dos resultados, pode-se afirmar que são realizados ou percebidos por cada profissional. Isso implica na vivência e subjetividade, bem como na objetividade da quantificação dos resultados, como traduz o depoimento abaixo:

a avaliação dos resultados, assim como a organização das atividades, é feita na reunião semanal da equipe e também durante a ação profissional. Diariamente os casos são discutidos e avaliados informalmente. Na medida em que se vai agindo, vai-se refletindo, discutindo e revendo a atuação.

A qualidade das ações é avaliada tendo como base os encaminhamentos feitos: quantas crianças e adolescentes abordados nas ruas estão sendo acompanhados pelo Conselho Tutelar? Quantos passam a freqüentar a escola e programas na comunidade? Quantos melhoraram o vínculo com a família? Quantos conseguiram atendimento médico ou psicológico?, etc. Estes são indicadores que nos ajudam a avaliar o trabalho desenvolvido junto às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e suas famílias (Violeta)

“O resultado das ações é percebido com base nos encaminhamentos realizados junto aos Conselhos Tutelares e/ou programas e projetos. A redução de crianças e adolescentes nas ruas, freqüência na escola, e/ou projetos sócio educativos também permitem avaliar a eficácia da atuação” (Hortência).

“É a qualidade de vida da criança e adolescente de rua, é a conquista de seus direitos pelos encaminhamentos feitos ao Conselho Tutelar, saúde, educação, alimentação, transporte etc”.

Diante disso, pode-se concluir que: o resultado do processo de trabalho das Educadoras Sociais de Rua do Projeto Abordagem de Rua, é a explicitação do próprio trabalho que foi construído ao longo deste estudo. Muitas vezes o resultado é o processo de um trabalho profissional que dá início ao outro.

Mas no desenvolver do conteúdo apresentado e da prática de estágio curricular obrigatório, pode-se observar as dificuldades encontradas pela Equipe de Abordagem de Rua no que se refere à realização das mais diferentes atividades relacionadas às crianças e aos adolescentes e risco pessoal e social, que vivem nas ruas de Florianópolis.

- Recurso Material: carro, computador;
- Recurso Físico: a localização do espaço físico utilizado pela equipe para desenvolver programas que atendam crianças e adolescentes usuários de drogas e que fizeram das ruas a sua moradia;
- Recurso Humano: a necessidade de ampliação do quadro pessoal;
- Política Social mais ampla que elimine os bolsões de pobreza em nível de Município, Estado e País.

Constata-se a realização de atividades que contribuem para o exercício eficaz da cidadania em relação à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, embora seja paliativa por estar dentro de um contexto mais amplo da realidade sócio-política e econômica. Entre outras, temos:

- Encaminhamentos a Conselhos Tutelares;
- Encaminhamentos e acompanhamentos à matrícula escolar, aos programas sócio educativos, à área judicial, à saúde, etc...;
- Visitas a famílias, auxílio à alimentação, transporte, documentação, etc.;
- Articulação e participação nos debates referendados à criança e ao adolescente;
- Elaboração e articulação de projetos relacionados a essa situação.

Enfim, pode-se afirmar que as Educadoras Sociais de Rua possuem consciência de sua realidade de limites e abrem-se para buscar novas possibilidades. Vivem a dinâmica da realidade concreta, sem perder a capacidade do referencial teórico e prático, num constante exercício de garantir os direitos adquiridos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é o resultado de um processo de aprendizado e crescimento, que proporciona visualizar o processo de trabalho das educadoras sociais de rua, entre outros atores sociais, em busca do exercício da cidadania da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social.

O primeiro capítulo constata que a situação de risco pessoal e social vivido pela criança e adolescente é antiga e, com o desenrolar dos anos, cada vez mais vai se agravando e adquirindo características alarmantes. Muitos foram os atores sociais que desenvolveram ações junto a criança e adolescentes; no entanto sua participação limitava-se aos escalões subalternos, em que suas vozes aparecessem.

Nota-se que a possibilidade de decisões políticas é circunscrita a um pequeno grupo de elite nacional, preocupada em manter o bem estar e a manutenção no poder.

O segundo capítulo traz a trajetória da Abordagem de Rua caracterizada como participação, entre outros atores sociais, no processo inusitado de elaboração e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente em Florianópolis. Isto só foi possível, devido à conjuntura vivida pelo país, acompanhando a orientação mundial de defesa dos direitos humanos de cada cidadão.

O terceiro capítulo apresenta o processo de trabalho, tão discutido e comentado na profissão do serviço social na atualidade, como proposta inovadora para sistematizar a prática profissional, proposta também utilizada por outras profissões, como é o caso da cientista social.

Compreende-se o significado da profissão, em suas várias dimensões, sem deixar de pontuar o processo de trabalho, não somente dos assistentes sociais, mas estes muitas vezes em interação com profissionais de outras áreas e utilizando-se dos mesmos instrumentos de trabalho.

E, por fim, percebe-se o desafio das educadoras sociais de rua enquanto trabalhadoras. Esbarram não somente em suas habilidades e instrumentos de

trabalho, mas sobretudo na falta de recursos humanos e financeiros e numa política pública adequada, que devolva à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, os seus direitos adquiridos como cidadãos e garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como sugestão apresento a necessidade de capacitar e instrumentalizar os técnicos em Abordagem de Rua. Entende-se que a formação do profissional é um processo contínuo, em função das novas exigências postas no mercado de trabalho, e para dar uma resposta adequada e efetiva à demanda que se apresenta.

Portanto, torna-se necessário investir na capacitação e instrumentalização do profissional, partindo no nível de academia (Universidade). É importante investir na capacitação específica de Abordagem de Rua, para atender expressões sociais como: papeleiros, moradores de rua, meninos e meninas de rua.

Outra sugestão diz respeito a uma rede integrada de informação através da informática, ligando os mais diversos órgãos de atendimento às crianças e adolescentes, uma vez que o Projeto Abordagem de Rua faz parte de uma rede de atendimento oferecido à Criança e ao Adolescente em situação de risco pessoal e social da grande Florianópolis.

Por último, proporcionar atendimento àquelas crianças e adolescentes com dependência química, já que atualmente existem poucos programas que envolvam a internação de dependentes químicos em situação de risco pessoal e social. É algo que se faz necessário.

Há necessidade de discussão aprofundada a respeito da problemática das drogas, para, a partir do diagnóstico, criar um programa de atendimento ambulatorial e centro de intervenção.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONAZINA, Maria Cristina Rath. **A construção do processo de trabalho dos gerentes nas relações do cotidiano de uma organização hospitalar.** Florianópolis, 1999. 140 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BRASIL, **Constituição da República Federal do Brasil.** São Paulo: Fisco e Contribuinte, 1998
- BULGARELLI, Reinaldo S. **Comentários sobre a questão da interferência do educador no Estado da Rua – A Educação de Rua a partir do conflito.** São Paulo, 1991
- CATTANI, Antônio David. **Processo de trabalho e novas tecnologias.** Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1995, p. 13-19
- COSTA, Carlos Gomes da. O Estatuto da criança e do adolescente e a política de atenção à infância e à juventude. In: **Ciclo de Seminário: Discutindo a assistência social do Brasil.** Brasília: Ministério da Previdência e Assistência/SAS, 1995
- \_\_\_\_\_. **De menor e cidadão.** 5ªed. Brasília: Centro Brasileiro para infância e adolescência
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Lei 8.069, 1990
- FALEIROS, Eva Terezinha Silveira. A criança e o adolescente – objeto sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: Francisco Rizzini, Irene (org.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 53. São Paulo: Cortez, 1997. P. 126-144

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. In: **O serviço social da contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 83-140

KOSMANN, Cilene. **Processo de trabalho no Serviço Social: uma leitura do cotidiano**. Monografia de Bacharel em Serviço Social, UFSC, 1999

MARX, Karl . **O processo de trabalho e o processo de produzir mais valia**. In: O Capital, Livro I, vol. 1, São Paulo: Dief, 1987, p. 201-210

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O serviço social e o cotidiano das crianças e adolescentes de Rua: uma proposta de Educação Social**. Monografia de Bacharel em Serviço Social, UFSC, 1993

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro Nogueira, OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Avaliação de políticas sociais**. Florianópolis: CRESS, 12ª região, nº4, 1998

RAMOS, Sandra Helena Seemann. No mesmo banco e na mesma praça... as vivências sexuais das meninas mulheres, nas ruas de Florianópolis. Florianópolis: UDESC, 1998. (Monografia de especialização em educação sexual – Especialização de pós-graduação em educação sexual)

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: um histórico de legislação para a infância no Brasil. In: **A arte de Governar Crianças: a**

**história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1995

\_\_\_\_\_. A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro. Santa Úrsula, 1993

\_\_\_\_\_. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: um histórico da legislação para infância no Brasil. In: **A arte de Governar Crianças.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1995

\_\_\_\_\_. Deserdados da sociedade. Os "meninos de rua" da América Latina. Rio Janeiro: USU, Universitária, 1995

**RELATÓRIO**, do Levantamento da População Infante Juvenil, Prefeitura Municipal de Florianópolis, SC, 1996

SIMIONATTO, Ivete. **Serviço Social e processo de trabalho.** Florianópolis: CRESS, 12<sup>a</sup> região, nº 3, 1998

SCHLICHTING, Sandra. Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: limites e possibilidade. Monografia de Bacharel em Ciências Sociais, UFSC, 1997

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992

## **APÊNDICE**



# ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

## 1. CONTEXTO DA PESQUISA

1.1 - A instituição:

1.2 - Os serviços prestados: (projetos e programas)

1.3 - Os usuários dos serviços:

Como chegam (a chegada):

As pessoas que chegam o que buscam e as que não chegam;

A entrada:

Quem são e o que ocorre com os que entram;

O ficar:

Como são recepcionadas;

Há uma produção de trabalho

O que se produzem, como e por quem.

Sair:

Quando, como e que avaliação se faz.

## **2. O PROFISSIONAL**

### **2.1 - Dados pessoais**

**Nome:**

**Idade:**

**Cidade de Origem:**

**Nacionalidade:**

**Estado civil:**

**Número de pessoas na família (ou dependentes):**

**Local e ano de formação escolar (I e II grau, especialização, mestrado, doutorado): Experiência de trabalho (anterior a UFSC):**  
*(funções, cargos exercidos, carga horária)*

### **2.2 - O início na UFSC**

**Data de admissão:**

**Forma de seleção:**

**Tipo de contratação:**

**Área/Setor de atuação:**

**Cargo/Função:**

**Carga horária diária de trabalho**

## **3. O PROCESSO DE TRABALHO**

### **3.1 - O momento de preparação do trabalho:**

**Descreva o início do seu dia de trabalho desde o momento que se desloca para o local de trabalho;**

**O que geralmente você pensa quando está se deslocando;**

**O que você sente quando está se deslocando;**

**Quais as preocupações que emergem quando você está se deslocando;**

### **3.2 - O cotidiano do processo de trabalho:**

#### **3.2.1 - Descrever o cotidiano de trabalho:**

**Quais são as atividades que você realiza;**

**Com quem interage no desenvolvimento dessas atividades;**

**Quais são os conhecimentos necessários no seu dia a dia para realizar as atividades;**

**Quais são as técnicas/instrumentos utilizados no desenvolvimento das atividades;**

**Como registra ou documenta as atividades realizadas;**

**Como planeja as atividades no seu dia a dia;**

**Na sua opinião, quais são as habilidades requeridas para dar conta das atividades do seu dia a dia;**

#### **3.2.2 - Descrever a interação com os demais funcionários e com os pares no desenvolvimento das atividades:**

**Quais os setores que mantém contato durante o trabalho;**

**Quais são as dificuldades encontradas na realização das atividades;**

**Como as resolve;**

**Como organiza as atividades junto aos pares, ou funcionários, estagiários, etc;**

**Qual é o objeto de sua ação profissional;**

**Quais são as demandas para as atividades no seu setor;**

**3.2.3 – Como se dá o processo de avaliação dos resultados:**

**Em que momento você conversa com os funcionários, estagiários, sobre a realização das atividades do cotidiano, de que forma e com que frequência;  
Como analisa e de que forma avalia a qualidade das atividades realizadas;  
Quais os indicadores que utiliza para analisar as atividades desenvolvidas;  
Quais os referenciais teóricos que adota no processo de avaliação das atividades;**

**3.2.4 - Descrever o resultado das ações.**

**3.3 - O momento da saída do trabalho:**

**O que é importante para você neste momento;**

**Como se sente;**

**O que pensa;**

**Existe algum preparo para o dia seguinte, quais, por quem são feitos e de que forma;**

**3.4 - Ser “Assistente Social”:**

**O que significa “Ser Assistente Social” para você;**

**Qual a relação do seu trabalho com a atual conjuntura;**

**Como você vê as perspectivas para a profissão e os avanços que a profissão teve nos últimos anos;**

**Se você voltasse a estudar, quais conteúdos seriam importantes para a sua formação;**

**Na sua opinião quais são as competências profissionais de um assistente social;**

**Quais são efetivamente as atividades que o Serviço Social faz;**

**Porque essas atividades são desenvolvidas por esse profissional e porque precisam ser realizadas;**

**Qual é o espaço/atividade que o Serviço Social tem enquanto perspectiva no espaço institucional;**

# **ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

## **Estágio Curricular I :**

Nome da Estagiária: Adelaide Marcelino Pereira  
Matrícula: 9621600-0  
Local de Estágio: Projeto Abordagem de Rua  
Supervisora de Campo: Sandra Helena Seemann Ramos  
Supervisora Pedagógica: Rosana Martinelli  
Total de Horas: 216 h  
Semestre: 98/2

## **Estágio Curricular II :**

Nome da Estagiária: Adelaide Marcelino Pereira  
Matrícula: 9621600-0  
Local de Estágio: Projeto Abordagem de Rua  
Supervisora de Campo: Sandra Helena Seemann Ramos  
Supervisora Pedagógica: Nilva Souza Ramos  
Total de Horas: 216 h  
Semestre: 99/1

## **Estágio Curricular III :**

Nome da Estagiária: Adelaide Marcelino Pereira  
Matrícula: 9621600-0  
Local de Estágio: Projeto Abordagem de Rua  
Supervisora de Campo: Sandra Helena Seemann Ramos  
Supervisora Pedagógica: Kátia de Macedo Rebello  
Total de Horas: 216 h  
Semestre: 99/2